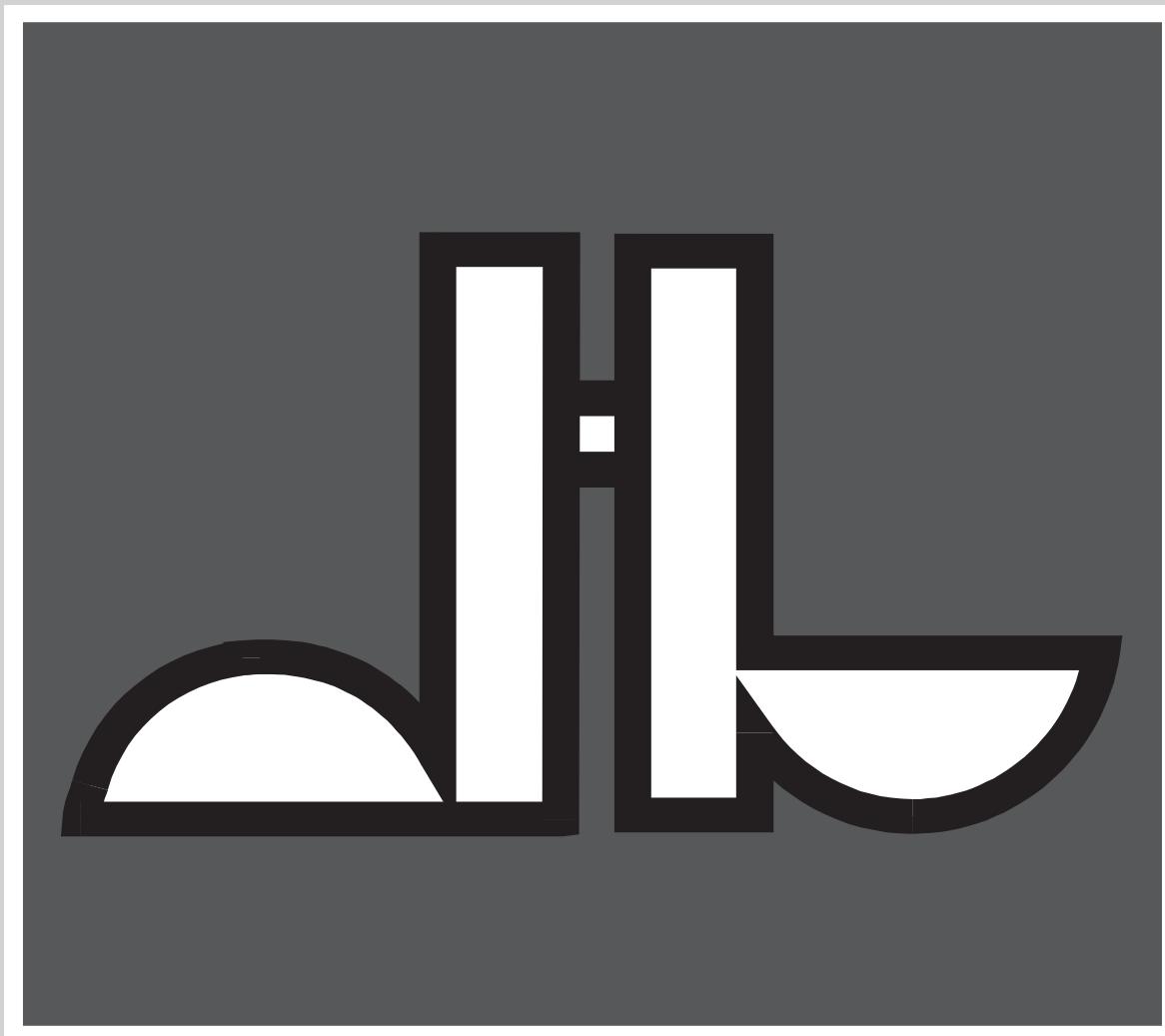




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
SESSÃO CONJUNTA

ANO LXVIII - Nº 10 - TERÇA-FEIRA, 28 DE MAIO DE 2013 - BRASÍLIA-DF

COMPOSIÇÃO DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

Presidente
Senador Renan Calheiros (PMDB/AL)

1º Vice-Presidente
Deputado Andre Vargas (PT/PR)

2º Vice-Presidente
Senador Romero Jucá (PMDB/RR)

1º Secretário
Deputado Marcio Bittar (PSDB/AC)

2º Secretária
Senadora Angela Portela (PT/RR)

3º Secretário
Deputado Maurício Quintella Lessa (PR/AL)

4º Secretário
Senador João Vicente Claudino (PTB/PI)

Mesa do Senado Federal

Presidente
Renan Calheiros (PMDB/AL)

1º Vice-Presidente
Jorge Viana (PT/AC)

2º Vice-Presidente
Romero Jucá (PMDB/RR)

1º Secretário
Flexa Ribeiro (PSDB/PA)

2ª Secretária
Angela Portela (PT/RR)

3º Secretário
Ciro Nogueira (PP/PI)

4º Secretário
João Vicente Claudino (PTB/PI)

Suplentes de Secretário

1º - Magno Malta (PR/ES)

2º - Jayme Campos (DEM/MT)

3º - João Durval (PDT/BA)

4º - Casildo Maldaner (PMDB/SC)

Mesa da Câmara dos Deputados

Presidente
Henrique Eduardo Alves (PMDB/RN)

1º Vice-Presidente
Andre Vargas (PT/PR)

2º Vice-Presidente
Fábio Faria (PSD/RN)

1º Secretário
Marcio Bittar (PSDB/AC)

2º Secretário
Simão Sessim (PP/RJ)

3º Secretário
Maurício Quintella Lessa (PR/AL)

4º Secretário
Biffi (PT/MS)

Suplentes de Secretário

1º - Gonzaga Patriota (PSB/PE)

2º - Wolney Queiroz (PDT/PE)

3º - Vitor Penido (DEM/MG)

4º - Takayama (PSC/PR)

EXPEDIENTE

<p>Doris Marize Romariz Peixoto Diretora-Geral do Senado Federal</p> <p>Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações</p> <p>José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p>Claudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal</p> <p>Rogério de Castro Pastori Diretor da Secretaria de Ata</p> <p>Zuleide Spinola Costa da Cunha Diretora da Secretaria de Taquigrafia</p>
--	--

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 11ª SESSÃO CONJUNTA (SOLENE), EM 27 DE MAIO DE 2013	01212	Sr Artur Bueno de Camargo, representante de confederações do trabalho	01231
1.1 – ABERTURA	01212	Sr. Oswaldo Lourenço	01232
1.2 – FINALIDADE DA SESSÃO		Sr. Nelson de Miranda Osório, Diretor Financeiro da Confederação dos Aposentados e Pensionistas do Brasil	01232
Comemorar o transcurso dos 70 anos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)	01212	1.3 – ENCERRAMENTO.....	01234
1.2.1 – Execução do Hino Nacional Brasileiro			
1.2.2 – Oradores			
Senador Mozarildo Cavalcanti	01212	CONGRESSO NACIONAL	
Sr. Moyses Leme da Silva Neto, Presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil.....	01214	2 – COMISSÕES MISTAS	
Deputado Paes Landim	01215	CMO – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (Resolução nº 1, de 2006)	01235
Sr. Ubiraci Dantas de Oliveira, Presidente da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil	01217	CMMC – Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (Resolução nº 4, de 2008)....	01237
Sr. José Calixto Ramos, Presidente da Nova Central Sindical e da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria.....	01218	Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas – Fipa (Resolução nº 2, de 2007)	01239
Sr. Paulo Luiz Schmidt, Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho.....	01219	CCAI – Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (Lei nº 9.883, de 1999)	01240
Senador Fernando Collor.....	01219	Comissões Parlamentares Mistas de Inquérito	01241
Sr. Luís Antônio Camargo de Melo, Procurador-Geral do Trabalho.....	01221	Comissões Mistas Especiais	01243
Senador Cristovam Buarque.....	01222	3 – CONSELHOS E ÓRGÃO	
Sr. Carlos Alberto Reis de Paula, Presidente do Tribunal Superior do Trabalho	01223	Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70, de 1972)	01246
1.2.3 – Fala da Presidência (Senador Paulo Paim)	01225	Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389, de 1991)	01247
1.2.4 – Oradores (continuação)		Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 1, de 2011)	01248
Deputado Amauri Teixeira	01229		

Ata da 11ª Sessão Conjunta (Solene), em 27 de maio de 2013

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

Presidência do Sr. Paulo Paim

(Inicia-se a Sessão às 11 horas e 2 minutos e encerra-se às 13 horas e 42 minutos no Plenário do Senado Federal)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Declaro aberta a Sessão Solene do Congresso Nacional destinada a comemorar o transcurso dos 70 anos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Para compor a mesa, como há muitos sindicatos presentes, terei que adotar o critério de que venham para a mesa, independentemente de depois eu abrir a palavra, os presidentes de centrais, e estou me referindo ao movimento sindical. Mas, de pronto, quero convidar, com muito orgulho, para estar ao meu lado, aqui na mesa, o Presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), o Exmº Sr. Carlos Alberto Reis de Paula. (*Palmas*.)

Gostaria também de convidar, para estar aqui na mesa conosco, o Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho, Exmº Sr. Juiz Paulo Luiz Schmidt, que lá do Rio Grande me ligou, para saber se era importante a presença dele. (*Palmas*.) Disse: “Claro que é, meu Presidente!”.

E, no critério presidente de centrais, quero convidar o Presidente da Nova Central dos Trabalhadores, Sr. José Calixto Ramos. (*Palmas*.)

Quero também convidar Ubiratan, Presidente da CGTB. (*Palmas*.)

Pergunto se há outro presidente de central sindical no plenário.

O SR. MOYES LE ME DA SILVA NETO (*Fora do microfone*.) – Moyses Leme.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Dr. Moysés, Presidente da CTB, vem, como convidado, para a mesa. (*Palmas*.)

Independentemente dessa posição, vou abrir a palavra, depois, para o representante dos aposentados, que terão que falar neste ato, com certeza, porque aposentados e pensionistas são o símbolo, para mim, de homens e mulheres que dedicaram sua vida ao trabalho. Teremos, então, os representantes, em nível nacional, de entidade de aposentados. Repito: em nível nacional.

Nesse momento, vamos convidar a todos para, de pé, ouvirmos o Hino Nacional.

(Procede-se à execução do Hino Nacional.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu pergunto se há no plenário a representante da Câmara dos Deputados. (*Pausa*.)

Encontra-se? Então, vamos, de imediato, à nossa lista de oradores.

Esta é uma sessão do Senado, mas é de praxe, quando há algum Deputado presente, fazermos o registro e mesmo convidarmos para a Mesa.

Senador Mozarildo Cavalcanti, como eu farei o meu pronunciamento no encerramento, tenho a honra de dar a V. Exª, que tem sempre ficado irmanado ao nosso lado e que é o Líder o PTB, a palavra, abrindo esta sessão, que é uma sessão de feliz aniversário dessa jovem senhora chamada CLT, que está sempre à frente do seu tempo, ao contrário do que alguns dizem.

Com a palavra, o Senador Mozarildo Cavalcanti. (*Palmas*)

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, que nesta Casa se notabiliza pela defesa dos trabalhadores, dos excluídos e, sobretudo, da igualdade de oportunidades para todos; Sr. Presidente do Tribunal Superior do Trabalho; Srs. Presidentes de centrais sindicais, para nós do PTB, 2013 está sendo um ano bastante significativo do ponto de vista do trabalhismo. Primeiro porque, após muitos debates, aprovamos emenda constitucional garantindo às empregadas domésticas os mesmos direitos já assegurados aos demais trabalhadores. Em segundo lugar porque, neste ano, celebramos os 125 anos da abolição da escravatura. E, agora, porque temos a felicidade e a satisfação de comemorar os 70 anos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Editada pelo Presidente Getúlio Vargas, que era do PTB – aliás, fundador do PTB –, em 1º de maio de 1943, a CLT constitui a conquista mais significativa dos trabalhadores brasileiros. Ela marca o ápice de todo o processo que vinha se desenrolando desde a edição

da Lei Áurea, pela Princesa Isabel, em 1888, já que, naquele momento, o trabalho livre, assalariado, passou a ser institucionalizado no Brasil. Foi a partir daí que começaram a surgir as primeiras preocupações sobre como proteger o direito dos trabalhadores.

É importante que façamos aqui, Sr. Presidente, uma pequena retrospectiva, apenas para situar a evolução da legislação trabalhista em nosso País e, ao mesmo tempo, vislumbrar a importância da CLT.

Nesse sentido, quero destacar que, nas primeiras quatro décadas do Período Republicano, não presenciamos o surgimento de um conjunto significativo de preceitos trabalhistas. Havia algumas leis trabalhistas estaduais e algumas poucas federais, de tal modo que poderíamos dizer que o Brasil ainda estava numa fase incipiente do Direito do Trabalho naquele momento.

A real institucionalização desse ramo jurídico entre nós só veio a ocorrer em 1930, quando Getúlio Vargas chega ao poder.

Já durante o chamado Governo Provisório, entre 1930 e 1934, foram editadas diversas regras transitórias de proteção ao trabalho, como, por exemplo, decretos-lei que versavam sobre a organização sindical, o trabalho no comércio, o horário de trabalho bancário e da indústria, as comissões mistas de conciliação, o trabalho da mulher e do menor. Foi nesse período, também, que surgiu a Carteira do Trabalho, criada em 21 de março de 1932.

É importante mencionar, da mesma maneira, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, Srs. Deputados e Sr^{as} Deputadas e pessoas que nos honram com a sua presença, a criação do Ministério do Trabalho, em 1930, cujo primeiro titular foi Lindolfo Collor, e a Lei nº 62, de 5 de junho de 1935, considerada Lei Geral do Trabalho, inspirada na Constituição de 1934.

Entretanto, até esse momento, não havia no Brasil uma legislação unificada a respeito do Direito do Trabalho. Tudo estava muito disperso, desconexo. Por esse motivo, em 1942, o Presidente Vargas nomeou uma comissão para estudar e organizar um anteprojeto de lei que consolidasse e organizasse as leis já existentes sobre a matéria. Para essa tarefa, foram convidados os juristas José de Segadas Viana, Oscar Saraiva, Luiz Augusto Rego Monteiro, Dorval Lacerda Marcondes e Arnaldo Lopes Sussekkind.

Essa comissão fundamentou os seus estudos, primeiramente, nas conclusões do 1º Congresso Brasileiro de Direito Social, realizado em maio de 1941, em São Paulo, para festejar o Cinquentenário da Encíclica Rerum Novarum, editada pelo Papa Leão XIII. Em segundo lugar, a comissão se baseou nas convenções internacionais do trabalho vigentes à época e na própria Encíclica Rerum Novarum, que contém os princípios

sob os quais devem se reger as relações de trabalho, do ponto de vista da Igreja Católica.

Com a criação da Justiça do Trabalho e a edição do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, foi aprovada a Consolidação das Leis do Trabalho, que passou a regular as relações de trabalho entre empregados e empregadores.

A CLT representou, então, o coroamento de todo esse processo que já vinha tendo curso desde a Abolição, no sentido de proteger os direitos dos trabalhadores do Brasil. Contudo, ela não se limitou apenas a consolidar as normas já existentes porque nela foram introduzidos novos direitos e regulamentações, por parte da mencionada comissão de juristas.

A Consolidação tratou da relação entre patrões e empregados, estabeleceu a jornada de oito horas diárias, férias, descanso semanal remunerado, auxílio-maternidade, auxílio-família, licença para gestante, estabilidade no emprego após dez anos, condições de higiene e segurança nos locais de trabalho, entre muitos outros direitos trabalhistas.

Como poderíamos conceber o mundo do trabalho moderno sem essas conquistas? Sua importância é tamanha que o Partido Trabalhista Brasileiro contempla, como Princípio Inalienável, em seu Estatuto, que “quaisquer alterações propostas na Reforma da Previdência Social e na CLT devem ser submetidas, obrigatoriamente, ao Referendo Popular”.

Originalmente, a CLT se compunha de 11 títulos, subdivididos em distintos capítulos e estes em diversas sessões, totalizando quase mil artigos. Ao longo do tempo, ela sofreu significativas mudanças e atualizações. Contudo, ainda hoje, decorridos 70 anos de sua edição, a CLT mantém a sua essência, e se constitui num diploma apto a realizar, com significativa eficiência, seu objetivo central, que é o de produzir a inclusão socioeconômica dos trabalhadores na realidade brasileira.

Essa é uma obra jurídica verdadeiramente extraordinária!

Atualmente, a CLT regula essencialmente quatro dimensões combinadas da vida laboral: 1) as relações empregatícias; 2) as relações coletivas trabalhistas; 3) as regras de atuação da Auditoria Fiscal do Trabalho; e 4) as regras processuais de resolução dos conflitos trabalhistas, tanto individuais, quanto coletivos.

É importante mencionar também, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, que muitos outros diplomas foram editados após a CLT com o objetivo de proteger os direitos dos trabalhadores brasileiros. E não poderia ser diferente. Afinal, a lei deve refletir as transformações da sociedade e acompanhar as mudanças que vêm acontecendo.

Nesse sentido, podemos citar, por exemplo, a Lei nº 605/1949, que regula o descanso semanal remunerado; a Lei nº 4.090/1962, que institui o 13º salário e, mais recentemente, a Lei nº 12.506/2011, que regulamenta o aviso prévio por tempo de serviço, que pode chegar a até 90 dias, conforme o número de anos trabalhados.

Também é importante que se diga que a presença de todas essas leis esparsas – e aqui citei apenas algumas poucas – não estremece nem macula a liderança jurídico-cultural da CLT, como o mais bem-sucedido instrumento de inclusão socioeconômica dos trabalhadores na história brasileira.

Por esse motivo, Sr. Presidente, como legisladores, precisamos pensar sobre os desafios a serem enfrentados pela CLT no complexo mundo em que vivemos. Nesse sentido, antes de encerrar, gostaria de fazer as seguintes considerações para reflexão da Casa – e, já que estamos em uma sessão do Congresso, das duas Casas legislativas – e da sociedade brasileira.

E inegável a importância da CLT para todos nós, não apenas por constituir um marco jurídico formal do ponto de vista dos direitos trabalhistas, mas também porque, após 70 anos, ela ainda continua impressionantemente atual. Isso porque prevê a irreduzibilidade dos direitos sociais frente à economia, em nome dos princípios de valorização do trabalho e de respeito à dignidade humana.

Contudo, o mundo mudou, novas tecnologias surgiram, criando novas realidades. Por esse motivo, talvez o maior desafio a ser enfrentado pela CLT seja o de se modernizar, o de se adequar a essas novas realidades, sem que isso signifique a perda de direitos para os trabalhadores.

Esses direitos foram conquistados de forma muito sofrida, muito dura, e fazem parte de um processo de lutas e reivindicações de todos os trabalhadores. São direitos que humanizam a relação de trabalho, historicamente embrutecida pelos interesses econômicos. Por isso, é fundamental preservar as conquistas da CLT, e nós do PTB vemos no trabalhismo exatamente a essência que regula a relação entre trabalhador e empregador.

Esse é meu compromisso e também o compromisso do Partido Trabalhista Brasileiro, o PTB, na condição de herdeiro do legado social de Getúlio Vargas.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Mozarildo Cavalcanti, Líder do PTB. Faz um histórico da nossa CLT.

Nós vamos interagindo entre sindicalistas e parlamentares.

Então, neste momento, eu passo a palavra ao Sr. Moyses Leme da Silva Neto, Presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil.

Só digo a todos os nossos convidados que o plenário quase lotou. Nós temos convidados à direita, à esquerda, e aqui ainda há espaço. Se lotar, há as galerias ainda.

Por favor, eu vou pedir para cada um, porque o nosso tempo é limitado, o tempo de cinco minutos, com a tolerância de mais dois, se necessário.

O SR. MOYESE LEME DA SILVA NETO – Perfeito.

Srs. Senadores, Senador Paulo Paim, requerente desta sessão solene que comemora 70 anos da CLT; Ex^{mo} Sr. Carlos Alberto Reis de Paula, Presidente do Tribunal Superior do Trabalho; Ex^{mo} Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho, Ex^{mo} Sr. juiz Paulo Luiz Schmidt; Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), Sr. José Calixto Ramos; Presidente da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil, Sr. Ubiraci Dantas de Oliveira; senhores sindicalistas, presidentes de federações, militantes aqui presentes neste dia, a nossa CLT faz 70 anos. Em um momento muito feliz do nosso Presidente Getúlio Vargas, sobre uma política que existia no mundo e sobre a Carta Magna também do trabalho de Mussolini, foi inspirada a nossa CLT.

É importante dizer aos membros aqui presentes da grande importância que teve o nosso Getúlio Vargas em dois momentos da história. Além de fazer a estruturação do nosso País, de criar a Justiça do Trabalho em 1939 – que também é importante dizer – ele criou a nossa CLT, que, como disse aqui o nosso nobre Senador Paulo Paim, está superatualizada. E, se não fosse essa CLT, com certeza, não teríamos muitos dos direitos que temos ainda hoje. Essa mesma CLT ainda sofre vários ataques, diuturnamente, de setores que querem tirar o direito dos trabalhadores.

O que é o trabalho? O que é essa força de trabalho que tanto defendemos, que a CLT faz questão de defender, que entendemos que tem que avançar para melhorar e não para piorar?

A força de trabalho é a vida, é a liberdade, é aquele período em que o trabalhador hoje despende duas a quatro horas de transporte coletivo – péssimo, diga-se de passagem – e trabalha oito, às vezes dez, doze horas por dia. Essa é a força de trabalho. A força de trabalho é a vida. É por isso que temos que valorizar essa força de trabalho. É por isso que temos que ter essa importância do que é o trabalho.

Muitas vezes, vemos as pessoas fazerem uma análise da força de trabalho como se fosse algo simples, mas não é. A força de trabalho é a vida de cada um a cada momento.

É importante que possamos, sim, avançar nessa CLT, que traz mil artigos em defesa dos trabalhadores, que trazseguranças que são pilares do nosso direito. Com certeza, eu diria que a CLT é a estrutura dos direitos dos trabalhadores e, se ela for rompida, se ela for corrompida, se ela for quebrada, caem-se, sim, todos os direitos dos trabalhadores.

Nós temos de discutir a função social também das empresas e a concentração de renda. Nós temos de discutir, de fato, uma forma de distribuir renda no mundo do trabalho, uma forma mais justa, mais humana, porque atualmente ainda não temos isso. Mas a CLT traz, pelo menos, um embasamento. Ela traz, no seu texto, pilares de um direito mínimo do trabalhador. Mas nós temos de avançar ainda mais.

Em 1943, também foram discutidas as 48 horas de trabalho. Hoje, nós estamos tentando reduzir a jornada de trabalho para 40 horas...

(Soa a campainha.)

O SR. MOYES LEME DA SILVA NETO – Para concluir, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Um minuto.

O SR. MOYES LEME DA SILVA NETO – ... e, ainda assim, não conseguimos.

Hoje ainda, no mundo do trabalho, no momento em que as pessoas mais precisam dos seus salários, que é quando elas estão se aposentando, nós temos o fator previdenciário. Então, temos de avançar.

A CLT, com certeza, foi, é e será. E temos de defendê-la com todas as forças, com todas as centrais sindicais, toda a sociedade, todos os brasileiros, toda a Nação, e ampliá-la, não no sentido de tirar direito dos trabalhadores, mas que possamos, de fato, humanizar as relações de trabalho e, com isso, garantir direitos, porque queremos trabalhar para viver, e não viver para trabalhar.

Sendo assim, nós da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil temos, em nosso princípio, a valorização do trabalho.

E nós saudamos, nesta sessão solene pelos 70 anos da CLT, todos os presentes e lhes agradecemos. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o Sr. Moyses Leme da Silva Neto, que falou em nome da CTB.

Agora eu gostaria muito de convidar para a Mesa – e já está conosco – o Procurador-Geral do Trabalho Ex^{mo} Sr. Luís Antonio Camargo de Melo. (Palmas.)

No princípio, falando um sindicalista, um líder dos trabalhadores aposentados e um Parlamentar. Ao mesmo tempo, eu convidado para compor a Mesa –

diretamente para a tribuna e depois para a Mesa –, representando a Câmara, o Deputado Paes Landim, porque esta, de fato, é uma sessão do Congresso.

Concedo a palavra ao Deputado Paes Landim, do PTB, pela Liderança do Partido dos Trabalhadores, no Congresso, representando a Câmara dos Deputados. Ao mesmo tempo, como Deputado, convido que S. Ex^a esteja na Mesa conosco representando aquela Casa.

O Senador Mozarildo Cavalcanti falou pelo PTB no Senado – vejo que o PTB está firme aqui. Agora, o Deputado Paes Landim, representando a Câmara dos Deputados. Em seguida, compõe a Mesa. (Palmas.)

O SR. PAES LANDIM (PTB – PI. Pela Liderança. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Paulo Paim, em exercício nesta Casa; Ex^{mo} Sr. Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, Ministro Carlos Alberto Reis de Paula; Srs. Ministros aqui presentes; Srs. Parlamentares; minhas senhoras e meus senhores, é evidente que o Partido Trabalhista Brasileiro não poderia estar ausente neste dia em que se comemora os 70 anos da Consolidação das Leis do Trabalho, posto que partiu de Getúlio Vargas, fundador do Partido, essa iniciativa que marca a trajetória das relações de trabalho no nosso País.

A exposição de motivos de um grande teórico do Partido Trabalhista Brasileiro, que foi Alexandre Marcondes Filho, mostra exatamente o perfil de inclusão social. Esse foi o objetivo da política de Vargas quando, a partir da criação do Ministério do Trabalho, logo no inicio do seu governo, se preocupou em dar uma sistematização jurídica às relações jurídicas entre o trabalho e o capital em nossa sociedade.

É de se assinalar, Sr. Presidente, que Vargas, de certa maneira, levou em conta a industrialização que se esboçava no País, mas, também, levou em conta que o movimento operário do Brasil já se mobilizava antes de 30. Havia greves da maior importância no País e tivemos aí, na década de 20, corporificando essas ideias em defesa dos direitos dos operários, um livro excepcional de Evaristo de Moraes, "Direito Operário", exatamente dentro dessa linha de se criarem condições de estabilidade jurídica nas relações de emprego.

Nesse particular, aliás, aproveito o ensejo para demonstrar a saudade, numa sentida homenagem ao meu querido mestre de "Direito do Trabalho" da antiga Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil, Evaristo de Moraes Filho, justamente o filho do grande Evaristo de Moraes.

Sr. Presidente, Vargas, ao criar a Justiça do Trabalho antes da CLT – a Justiça do Trabalho foi criada em 1933 –, não a incorporou ao Poder Judiciário. Depois veio a Constituição de 1934, que previu a criação da Justiça do Trabalho, colocou-a dentro da órbita do

governo. O Presidente Vargas, dentro daquele grande momento da agitação ideológica entre bolchevismo, nazismo, fascismo e o capitalismo, pretendia criar um mecanismo de conciliação, de mediação dos conflitos sociais, em que a voz de trabalhadores e empregadores se fariam ouvir, mas sempre o Estado como árbitro dessas disputas.

Foi somente a partir da Constituição de 1946 que a Justiça do Trabalho se incorporou ao Poder Judiciário e a CLT seria o balizamento para a Justiça do Trabalho. Mas mesmo integrando o Poder Judiciário, na Constituição de 46, persistiu a ênfase na presença do representante do empregador e do empregado no desate dos conflitos trabalhistas. Uma pena que ao longo dos anos essa presença do representante do empregado e empregador foi-se esmaecendo. Talvez porque trabalhadores anônimos, sem ligação sindical, tenham perdido um pouco da sua importância – por não terem uma representação sindical forte na defesa de seus interesses – e possivelmente porque a Justiça do Trabalho em primeira instância tenha cada vez mais se tecnicado, deixando de lado o tegumento básico da conciliação, o símbolo cultural com que foi criada a Justiça do Trabalho.

Aliás, é importante destacar o teor da reflexão do eminente Presidente Carlos Alberto Reis de Paula, na comemoração dos 70 anos da CLT no Plenário do Tribunal Superior do Trabalho – a que eu tive a honra de comparecer – quando disse com muita propriedade – e vale a pena aqui repetir a reflexão do eminente Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, que é um jurista renomado e estudioso:

Na celebração destes 70 anos da CLT devemos refletir em busca de um pacto para a construção, o que se delineia, de uma sociedade que tenha como um dos seus pilares um Direito do Trabalho humano, mais do que meramente tutelar, mais do que simplesmente distributivista, ainda que sem perder estes dois focos, que busque na sua essência um fundamento fraterno, e que o direito auxilie a construção de um mundo mais humanizado, onde se conciliem e convivam a justiça e a liberdade.

Eu tomaria a liberdade aqui, apenas de dizer nesse momento, que devíamos revitalizar o ideário original de Vargas, o espírito da conciliação entre empregador e empregado, destacando-se ai o papel de mediador de Juiz do Trabalho, e reservando ao Tribunal Superior do Trabalho composto de juristas do porte do Presidente Carlos Alberto o julgamento de controvérsias jurídicas com o rigor da lógica do Direito. Foi um erro o Congresso ter extinto a representação de empregados e empregadores na 1ª instância, posto que ela deveria ser revitalizado, dando a ela uma dimensão significa-

tiva, que não fosse meramente confirmar as decisões do juiz, sem nenhuma voz ativa nos julgamentos.

(Soa a campainha.)

O SR. PAES LANDIM (PTB – PI) – Seria, inclusive, uma maneira de desafogar a Justiça do Trabalho dando ênfase na conciliação e mediação na base da Justiça do Trabalho.

Diria apenas para encerrar, Sr. Presidente, que agora se encontra aqui no Senado Federal um projeto de lei a que me opus na Câmara dos Deputados, e fui vencido, exatamente acabando com um belo dispositivo da CLT, que era o artigo que dava aos empregados e empregadores o *jus postulandi* independentemente da presença do advogado. É o art. 791 da CLT. Eu acho esse um mecanismo muito importante. Empregado e empregador poderão comparecer independentemente de advogado. Isso ajuda exatamente o espírito da conciliação, na 1ª instância, retira a cultura do conflito. Nesse sentido, eu acho que o Senado deveria refletir muito bem, como Casa Revisora, sobre o Projeto de Lei 3.392/2004, inclusive, na parte que trata da sucumbência. Repito, a revogação desses dispositivos irá aumentar a cultura do conflito trabalhista.

Quero aqui parabenizar a iniciativa da comemoração dos 70 anos da CLT e dizer que, se eu acho que a base da Justiça do Trabalho, a justiça de 1ª instância, deve ser rigorosamente uma justiça da conciliação e da mediação, evitando a cultura do litígio, já a sua cúpula, com homens da dimensão de um Carlos Alberto e de outros eminentes juristas, como o ex-Presidente do TST, que é um dos grandes juristas deste País, o Ministro José Oreste Dalazen, levaria a nós termos aquilo que o Ministro Carlos Alberto disse muito bem no seu discurso: que a Justiça deve ser cada vez mais humanista e preocupada exatamente com as garantias dos trabalhadores, do trabalho e, consequentemente, da economia do nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos ao Deputado Paes Landim. Já o convidou para ficar na Mesa, representando a Câmara dos Deputados.

Registro também a presença do Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, Ex^{mo} Sr. Maurício Godinho Delgado e da Ministra do Tribunal Superior do Trabalho, Ex^{ma} Sr^a Kátia Magalhães Arruda. Registrarmos também a presença da Vice-Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, Rio Grande do Sul, Ex^{ma} Sr^a Desembargadora Rosane Serafini Casa Nova. Registrarmos a presença também do Vice-Presidente da União Geral dos Trabalhadores, Sr. Antonio Maria Thaumaturgo Cortizo; da Federação Nacional dos Téc-

nicos de Segurança do Trabalho (Fenatest), na figura do Secretário-Geral, Sr. José Augusto da Silva Filho; do Secretário de Relações Institucionais da Força Sindical, Sr. Carlos Cavalcanti Lacerda; e demais federações e confederações.

Sejam bem-vindos!

Aqui também está conosco, representando o DIAP – Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, Sr. Marcos Verlaine.

Passamos a palavra agora ao Presidente da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), Sr. Ubiraci Dantas de Oliveira.

O SR. UBIRACI DANTAS DE OLIVEIRA – Bom dia a todos.

Eu queria iniciar saudando o Sr. Moyses, representando aqui a CTB; o companheiro Calixto, Presidente da Nova Central Sindical e da CNTI; o Presidente da Anamatra; o Sr. Paulo Luiz Schmidt; o Procurador-Geral do Trabalho, Sr. Luís Antônio Camargo de Melo; o Presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Sr. Carlos Alberto Reis de Paula; Ex^{mo} Sr. Deputado Federal Paes Landim; e o meu querido amigo Presidente desta sessão, o companheiro Senador Paulo Paim, que, com sua sensibilidade, seu compromisso com os trabalhadores e com os direitos dos trabalhadores, resolveu presidir e chamar esta sessão solene para que possamos parabenizar os 70 anos da nossa CLT.

Meus amigos, companheiros, senhoras e senhores presentes, eu queria saudar aqui também o companheiro Presidente do Sindicato Nacional dos Aposentados (CGTB), Sr Oswaldo Lourenço, e também saudar o Vice-Presidente da UGT, o companheiro Cortizo, que está nessa luta conosco há muitos anos.

Eu queria dizer aqui o seguinte: eu tenho 61 anos de idade, entrei no movimento sindical há 20. Em todo santo ano, há alguém que desavisadamente joga para acabar com a nossa CLT. Isso foi uma luta dos trabalhadores; isso foi uma luta da classe operária nesses anos todos e o Presidente Getúlio Vargas resolveu sancionar com a sua sensibilidade e o seu compromisso com o Brasil.

Os argumentos que levantam para acabar com CLT são os mais, na nossa opinião, sinceramente, estapafúrdios possíveis.

Por exemplo: dizem que se não tirar direitos dos trabalhadores (o que eles chamam de modernizar) significa que as empresas vão à falência e que não aguentarão a carga tributária que a CLT obriga às empresas. O que obriga, o que faz as empresas falirem são as altas taxas de juros que são praticadas no Brasil. Uma das maiores taxas de juros do mundo! Essas, sim, jogam as nossas empresas no ralo e jogam à falência e à insolvência.

Hoje, nós temos um câmbio pendulante, que precisamos equilibrar para impedir que as importações aumentem e, com isso, aconteça a falência da empresa e da indústria nacional. Nós não podemos permitir, por exemplo – e é o que acaba com a indústria nacional –, esse PAC das concessões de US\$239 bilhões, resolvidos lá em Washington, no *Road Show* com o Ministro da Fazenda, que entregou a infraestrutura do Brasil para as empresas multinacionais tomar em conta de porto, aeroporto, rodovias e ferrovias. A primeira, recentemente, tomou o Aeroporto de Brasília e já houve um apagão lascado, não tem competência para gerir um aeroporto dessa natureza.

Eu me lembro do Rio de Janeiro quando a Light comprou a energia brasileira, e que o povo, depois de dois meses, cantava na rua assim: “Cidade Maravilhosa que tanto nos seduz, de dia não tem água, de noite falta luz.” Assim, por exemplo, em vez de acabar com o fator previdenciário que assalta, que rouba, que arrocha o salário dos aposentados, querem mexer com o direito dos trabalhadores da CLT. Bem fazem os aposentados – e eu acabei de vir agora de uma audiência dos idosos bem dispostos, com seus 60, 70, 80, 90 anos de idade, a lutar em defesa de suas reivindicações e também dos direitos dos trabalhadores. Parabéns, companheiros. Vocês são exemplos para a gente que está na metade da vida para poder tocar em frente essa luta.

Quero dizer também que não é tirando o direito dos trabalhadores, acabando com a CLT, que se desenvolverá o Brasil. O que desenvolverá o País é dar salário, dar emprego a nossos trabalhadores, fortalecer a indústria nacional e não deixar que nosso petróleo...

(Soa a campainha.)

O SR. UBIRACI DANTAS DE OLIVEIRA – ... vá para as mãos das multinacionais como fizeram com essa 11^a rodada de leilão que já houve e com a 12^a rodada que ocorrerá em outubro para entregar o pré-sal para a British Petroleum, para Esso e para a Shell, etc. e tal. Não!

Vamos continuar de mãos dadas e unidas para que possamos defender aqueles que virão depois de nós e honrar aqueles que vieram antes de nós, que lutaram; que deram sua vida, muitas vezes; que foram para as ruas na época dos 147%; que foram para as ruas na época de se reduzirem as taxas de juros; e que foram para as ruas contra a política neoliberal, para fazer com que o nosso Brasil, os nossos trabalhadores pudesse ter uma vida melhor, uma vida mais decente.

Por isso, companheiro Paulo Paim, eu o parabenizo. Não há uma luta dos trabalhadores brasileiros em que você não esteja presente, seja na questão do

negro, seja na questão do idoso, seja na questão dos aposentados, seja na questão dos trabalhadores da ativa. Por isso você merece o nosso respeito, a nossa dignidade e a nossa honra.

(Soa a campainha.)

O SR. UBIRACI DANTAS DE OLIVEIRA – Parabéns, companheiros! Parabéns a todos vocês que estão nessa luta maravilhosa para poder fazer um Brasil mais digno quando a gente se aposentar. (Palmas.) Eu não estou aposentado ainda, mas eu quero me aposentar não para morrer no dia seguinte, acabar minha vida no dia seguinte, mas para poder tomar uma cervejinha na praia, poder levar minha família, minha esposa para conhecer o Brasil. Ela não conhece porque a gente fica na luta e não leva a esposa para lugar nenhum.

Portanto eu estou muito feliz com isso aqui. Companheiro Paim, parabéns por essa iniciativa. Vamos fazer outra. Vamos fazer uma audiência pública aqui para discutir esse negócio do leilão, porque estão entregando o nosso petróleo para as multinacionais.

Parabéns a todos!

Estou muito feliz. Estou emocionado.

Vamos em frente que atrás vem gente! Ninguém pode com a força do povo!

Um abraço, companheiros. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Ubiraci Dantas de Oliveira, Presidente da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil, CGTB.

Agora passamos a palavra ao Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI) e também Presidente da Nova Central Sindical. (Palmas.)

Sr. José Calixto Ramos, todos podem ver aí muitas camisas amarelas; são alguns dos seus liderados que vieram aqui prestigiar o nosso evento.

Então uma salva de palmas a todo o Plenário, à representação do Calixto neste momento. (Palmas.)

O SR. JOSÉ CALIXTO RAMOS – Não sei se comemoro os 70 anos da CLT ou a minha idade; já estou muito além dela.

Eu queria...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – É a experiência da juventude acumulada no saber.

O SR. JOSÉ CALIXTO RAMOS – Preliminarmente, eu gostaria de cumprimentar o Presidente e requerente desta sessão, Senador Paulo Paim; o Ex^{mo} Sr. Deputado Federal Paes Landim; o Ex^{mo} Sr. Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, Ministro Carlos Alberto Reis de Paula; o Ex^{mo} Sr. Luís Antônio Camargo de Melo, muito digno Procurador-Geral do Ministério Público do Trabalho; o Presidente da As-

sociação Nacional dos Magistrados, Juiz Paulo Luiz Schmidt; o companheiro Ubiraci Dantas, da CGTB; o companheiro Moysés, da CTB; as Sras e os Srs. Deputados e Senadores presentes neste ato; a Ministra e o Ministro do Tribunal Superior do Trabalho; as nobres e os nobres desembargadores; os companheiros e as companheiras dirigentes sindicais das mais variadas confederações; os companheiros aposentados; e os trabalhadores de modo geral.

Temos a impressão de que este momento tem uma significação muito especial e nós, em vez de lamentarmos o que a CLT ainda não pôde produzir, infelizmente, por falta de regulamentação de alguns dos seus artigos, por incrível que pareça, preferimos nos referir a este momento de exaltação. Exaltação pela conquista importante que os trabalhadores tiveram com a Consolidação das Leis do Trabalho, que completa exatamente 70 anos.

Por essa razão, nós agradecemos ao nosso Presidente, Senador Paulo Paim, que teve a iniciativa de promover esta sessão solene do Congresso Nacional.

De certa forma, também aproveito o ensejo para, quem sabe, fazer uma autocrítica – e é evidente que ela termina se estendendo aos dirigentes sindicais, especialmente das confederações de trabalhadores – de que esta sessão ou este plenário e as galerias deveriam estar repletos de trabalhadores, considerando que se comemora, exatamente, um aniversário da lei, que pode não ser a mais perfeita, mas é a mais avançada do mundo quando se trata das relações entre capital e trabalho.

Este momento, portanto, é de glória para nós todos. E a Consolidação é tão importante que, em que pese poucos entenderem ou tentarem sempre a sua alteração, o que verificamos em todas essas oportunidades é que a tentativa de mudança vem sempre no sentido de suprimir ou extinguir direitos dos trabalhadores. E aí vem, evidentemente...

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ CALIXTO RAMOS – ... a reação da organização sindical brasileira. Mas ela é tão importante que já se tentou instituir uma comissão de notáveis para criar o Código do Trabalho e o Código de Processo do Trabalho, mas não evoluiu. E continuou a Consolidação das Leis do Trabalho, velha, como alguns dizem, mas nova na sua importância para os trabalhadores, que necessitam de uma lei como essa para regular as relações entre o trabalho e o capital, entre o capital e o trabalho.

Não fora através dessa lei, criticada por alguns, a classe trabalhadora estaria sofrendo as mais consequentes divisões dentro da própria classe de trabalho

e estaria também sofrendo as maiores pressões do capital, que visa sempre ao lucro, muitas vezes deixando de considerar que, a partir do momento em que valoriza o seu trabalhador, está valorizando também o seu capital.

Então, é uma lei imprescindível para nós. É por isso que a defendemos em todas as oportunidades que surgirem expectativa de mudanças...

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ CALIXTO RAMOS – ... que não contemplem ou que venham a extinguir os direitos conquistados ao longo do tempo.

Portanto, esta sessão é, para nós, uma sessão de fundamental importância. Lamentavelmente, o Congresso Nacional também não dá a mesma importância que estamos dando nesta oportunidade. Mas não há problema. O que importa é que ela está sendo reverenciada, e é por isso que queremos, em vez de lamentarmos, exaltar esta data e, mais uma vez, agradecer ao Presidente e aos seus pares, que assinaram o requerimento para esta sessão.

Muito obrigado! (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o Presidente da Nova Central, Sr. José Calixto Ramos.

De imediato, passamos a palavra ao Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), Ex^{mo} Sr. Juiz Paulo Luiz Schmidt, que tem encaminhado inúmeras questões ao nosso lado, no Senado e na Câmara também.

O SR. PAULO LUIZ SCHMIDT – Cumprimento o prezado Senador Paim; o Ministro Carlos Alberto, Presidente do TST; e os demais componentes da Mesa. Grande abraço ao Deputado Paes Landim. Gostaria também de cumprimentar o Ministro Maurício Godinho Delgado, um dos grandes professores que ensinam legiões de brasileiros a compreender a extensão e o conteúdo da CLT.

Desde os bancos escolares, os estudantes de Direito – pelo menos num passado recente – sempre ouviram falar da CLT e do Direito do Trabalho como o patinho feio, um Direito menor, um Direito que não tinha muitas regras, mas esqueciam que esses princípios, objeto de tanta crítica, como o princípio da oralidade, da conciliação – o juiz encaminha de ofício o processo –, eram, na verdade, as suas grandes virtudes e, conforme o tempo mostrou, deveriam ser aproveitados por outros ramos do Direito, e assim tem sido feito. A CLT tem-nos ensinado, faz muito tempo, que a Justiça não pode prescindir da fase conciliatória.

A nossa Constituição se assenta em alguns princípios básicos. Entre eles, talvez o mais importante, está

o princípio da valorização do trabalho humano como fator de promoção social e de progresso da própria Nação. Acho que o Senador Mozarildo bem comprehende o que estou falando: a gênese da Carta Cidadã de 1988. Pois bem, a CLT é o instrumento que viabiliza, ou seja, que permite que esse princípio se realize. A valorização do trabalho humano precisa de instrumentos, e esses instrumentos estão na própria CLT.

Nós temos feito, emparelhadamente com o Senador Paim e com tantos outros Parlamentares nesta Casa, uma luta bastante ferrenha na defesa da CLT e contra as iniciativas que tentam precarizá-la. Hoje, não estão na agenda as palavrinhas mágicas reforma trabalhista, mas elas não estão fora de propósito. Hoje, a reforma trabalhista tem um viés pela terceirização.

Cumpre a nós, operadores do Direito, e aos destinatários, que são os trabalhadores, fazer a defesa dessa jovem senhora de 70 anos.

Gostaria de finalizar, ao homenageá-la, dizendo que eu, pessoalmente, não comprehendo como a Constituição americana é louvada por ter mais de 200 anos e a CLT é tão criticada por ter apenas 70.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Ouvimos a fala do nosso recentemente empossado Presidente da Anamatra, com quem tive a alegria de estar, o Juiz Paulo Luiz Schmidt, que dá esse exemplo típico. Eu quero repetir o que V. Ex^a disse: a nossa Consolidação está ultrapassada, tem 70 anos; a Constituição deles tem 200, e é moderna. Então, meus cumprimentos.

Eu queria, neste momento, com satisfação, convidar para usar a palavra o ex-Presidente da República Senador Fernando Collor de Mello. E, aqui, de pronto, já digo que sempre vota do nosso lado. Não houve uma questão em que ele não tenha votado do nosso lado. (Palmas.)

O Senador Mozarildo de igual forma, que se diga e se registre isso.

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco/PTB – AL. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Ex^{mo} Sr. Presidente desta sessão solene, Senador Paulo Paim, senhores convidados, minhas senhoras e meus senhores, Sr^{as} e Srs. Senadores, 2013 é uma data muito importante para a causa trabalhista no Brasil, e 1943 é uma data que deve estar sempre sendo reverenciada por cada um de nós porque marca o início do respeito nas relações trabalhistas existentes no nosso Brasil.

Falo isso com muita alegria e reconhecimento porque foi meu avô Lindolfo Collor que, tendo participado da Revolução de 1930 com o Dr. Getúlio Vargas, foi o redator do Manifesto da Aliança Liberal, que marcava

os compromissos que tinha a Revolução de 30 com a sociedade brasileira e com o povo brasileiro.

Um capítulo muito especial desse documento, da Aliança Liberal, era dedicado à questão das relações capital-trabalho. E Lindolfo Collor sempre preconizava que essa relação teria que ser dada com base no respeito a essas relações, na defesa do trabalhador frente aos avanços do capital sobre o trabalho e, também, em poder dar condições ao trabalhador brasileiro de se sindicalizar e de criar corporações para defender os seus interesses.

E assim foi feito. A Revolução vitoriosa, em 1930; o Dr. Getúlio assumindo o compromisso com a criação do Ministério do Trabalho – à época foi criado o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. E Lindolfo Collor foi o fundador e o primeiro Ministro do Trabalho do Brasil, a quem coube, junto com um grupo de juristas e de homens dedicados à causa, iniciar a redação das leis que se formaram depois no compêndio da Consolidação das Leis do Trabalho no Brasil.

Como neto de Lindolfo Collor, Sr. Presidente Paulo Paim, senhoras e senhores convidados, Sr^{as}s e Srs. Senadores, sinto-me muito orgulhoso de trazer no meu DNA este compromisso com o trabalhismo no Brasil. (*Palmas*.)

Faço parte do Partido Trabalhista Brasileiro, partido criado em 1945, com a redemocratização, também, pelo Dr. Getúlio Vargas. Hoje, nas fileiras do PTB, procuramos, de todas as formas, defender de forma intransigente a nossa CLT, impedindo que avanços contrários aos interesses do trabalhador sejam cometidos em relação a ela, lutando contra a queda desse fator previdenciário, que é uma das maiores anomalias e um dos maiores ataques que já foram feitos aos interesses do trabalhador. (*Palmas*.)

E aqui faço uma afirmação absolutamente isenta, vendo o interesse do trabalhador em si, sem levar em consideração os argumentos de muitos daqueles que defendem a permanência do fator previdenciário como uma necessidade para o equilíbrio do caixa da Previdência e outros argumentos que tangenciam a área econômica. Não, isso é um outro assunto que deve ser discutido em outra esfera.

O que nós não podemos é misturar equilíbrio de caixa com direito da pessoa humana, do ser humano, e do trabalhador que, durante tantos e tantos anos, com suor e com esforço, dedicou-se a trabalhar pelo engrandecimento do Brasil, pelo crescimento do Brasil, e, ao final do seu longo período dedicado a este trabalho, ele é penalizado com o fator previdenciário.

Esse é um absurdo, e S. Ex^a o Senador Paulo Paim, que, com muito orgulho para todos nós preside esta sessão, tem feito inúmeras moções nesse senti-

do. E acredito, Sr. Senador Paulo Paim, que seremos, ao final, vitoriosos nessa nossa luta.

Enfim, os 70 anos da nossa CLT é um momento de comemorarmos, mas também é um momento de ficarmos atentos, alertas para que não possam os trabalhadores ser sacrificados em nome de uma eventual estabilidade econômica que passa, antes do sacrifício do trabalhador brasileiro, por inúmeras outras formas de solução que não essa a que acabei de me referir.

Portanto, o meu abraço a cada um dos trabalhadores brasileiros.

O meu abraço ao Sr. Presidente Paulo Paim, Senador que, ao longo de sua vida, dedicou-se fundamentalmente à defesa do trabalhador brasileiro.

E lembro bem – ele às vezes cita isso –, quando Presidente da República, logo quando assumi, as dificuldades econômicas muito grandes para podermos fazer o reajuste do salário mínimo, estávamos estudando um percentual, e o Senador Paulo Paim queria um percentual – e com justiça – um pouco acima ou muito acima, dependendo da ótica de cada um à época. O Senador Paulo Paim, então, ficou no plenário e me mandou avisar que ele estava, a partir daquele momento, em greve de fome até que fosse resolvido o problema do reajuste do salário mínimo para o trabalhador brasileiro.

Incontinenti, quando soube disso, apressei os estudos para que o pleito do Senador Paulo Paim fosse atendido, o que de fato foi. E, graças a Deus, temos hoje o Senador Paulo Paim aqui presidindo esta sessão, sem ter tido necessidade de prolongar aquela sua manifestação em defesa do trabalhador brasileiro. (*Palmas*.)

Eu queria, com isso, lembrar a todos desse compromisso, que é histórico, de S. Ex^a o Senador Paulo Paim. E eu tenho muita alegria de tê-lo aqui como o meu norteador, a minha bússola, quando se trata de discutir as questões da relação capital-trabalho, e sempre em favor do trabalhador brasileiro.

Que os 70 anos da comemoração da Consolidação das Leis Trabalho sirvam, como disse anteriormente, não somente como aplauso à iniciativa do Dr. Getúlio, que teve como executor o então Ministro Lindolfo Collor, meu avô, mas que seja essa também uma data de permanecermos de pé, continuamente em luta na defesa daqueles que tanto fazem, que tanto fizeram e que tanto farão pelo engrandecimento da nossa Pátria, o nosso querido Brasil.

Muito obrigado, Senador Paulo Paim, muito obrigado Sr^{as}s e Srs Senadores (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu gostaria apenas de comentar rapidamente

esse episódio mencionado pelo ex-Presidente Collor de Mello.

De fato, eu entrei em greve de fome e, quando ele soube, pediu que todos os seus Líderes fossem ao plenário dialogar comigo e me apresentou uma proposta de emergência: “Diga para o Paim que ele suspenda a greve de fome, porque isso será pago já no fim do mês.”

Assim foi feito. Eu só posso agradecer. Senão, estaria em greve de fome até hoje. (*Palmas.*)

Passo a palavra, neste momento, ao Procurador-Geral do Trabalho, Ex^{mo} Sr. Luís Antônio Camargo de Melo.

Em seguida, falará o Senador Cristovam Buarque. No princípio, um convidado, um Parlamentar.

Eu gostaria também de dizer, enquanto S. Ex^a vai à tribuna, que sei que muitos sindicalistas e entidades de aposentados gostariam de estar na Mesa. Mas eu acho bonito que todos entenderam. Isso não quer dizer que não poderemos abrir a palavra àqueles que ficaram no plenário. Se um ou outro não entendeu o princípio que tivemos de adotar, faz parte da vida, e eu, assim mesmo, os respeito.

Agora, com a palavra, o Sr. Procurador-Geral do Trabalho, Ex^{mo} Sr. Luís Antônio Camargo de Melo.

O SR. LUÍS ANTÔNIO CAMARGO DE MELO –
Agradeço, Senador.

Senhoras e senhores, boa tarde.

Cumprimento e saúdo o Senador Paulo Paim, Presidente desta sessão, e agradeço desde já a oportunidade de me manifestar em nome do Ministério Público do Trabalho.

Cumprimento os Srs. Senadores que estão aqui conosco, Senador Mozarildo Cavalcanti, Senador Fernando Collor, Senador Cristovam Buarque; os Deputados também que estão aqui conosco; cumprimento o Deputado Federal Paes Landim, que esteve conosco e precisou se ausentar; cumprimento o meu Presidente, Ministro Carlos Alberto Reis de Paula, Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, e também os Ministros do Tribunal Superior do Trabalho que estão aqui conosco; o Presidente da Anamatra, o juiz Paulo Schmidt; todos os juízes do trabalho; cumprimento os membros do Ministério Público que estão aqui conosco; cumprimento também todos os sindicalistas que estão aqui conosco; o Ministro Calixto Ramos; Sr. Ubiraci Dantas de Oliveira; Sr. Moyses Leme da Silva Neto; todos os sindicalistas que estão aqui conosco neste momento; cumprimento meu amigo, Ministro Cortizo. É uma honra muito grande participar desta sessão.

Tenho ouvido muitas vezes pessoas dizendo, a imprensa divulgando que a Consolidação das Leis do Trabalho é velha e ultrapassada. O que será velho e

ultrapassado? Vejam, a Constituição da República – o juiz Paulo Schmidt acabou de citar da tribuna – tem como fundamentos a dignidade da pessoa humana, o valor social do trabalho e a livre iniciativa. Ainda na Constituição da República, discutida, votada, aprovada e promulgada nesta Casa, que é a Casa do povo, também tem como objetivos fundamentais a construção de uma sociedade livre, justa e solidária. E ainda, ainda no campo dos objetivos fundamentais: erradicar a pobreza e reduzir as desigualdades sociais.

Ora, do meu ponto de vista, a nossa Constituição, a Constituição Cidadã, como disse o saudoso Deputado Ulysses Guimarães, trata o homem como pessoa, trata o homem como cidadão e trata o homem como trabalhador.

Será que a Consolidação das Leis do Trabalho, Senador Paulo Paim, está mesmo velha e obsoleta? Penso que não. Afinal de contas, esta Consolidação das Leis do Trabalho também cuida de uma relação entre o homem trabalhador e o homem empresário – não como objetos, não como coisas.

Se bem que, em nossos dias, em inúmeras oportunidades, os trabalhadores, neste País, são – perdoem a expressão – coisificados, Senador Fernando Collor, são tratados como coisas, como se vê em inúmeros casos que ainda temos do trabalho escravo contemporâneo; como se vê em inúmeras situações, Senador Cristovam Buarque, de crianças que são levadas precocemente ao mercado de trabalho – e as estatísticas mostram isso – e, anos depois, são aquelas que nós, do Ministério Público do Trabalho, resgatamos da condição de trabalhadores mantidos em condição análoga à de escravo, meu querido Presidente, Ministro Carlos Alberto.

Penso que não. Penso que a CLT ainda é uma legislação atual, porque é exatamente dessa relação que cuida a CLT, é desse conflito capital-trabalho, não para estabelecer uma desigualdade, mas, ao contrário, para estabelecer uma igualdade jurídica entre duas partes, que jamais estarão igualadas social e economicamente. Trabalhador e empresário jamais estarão igualados social e economicamente. Então, é preciso trazer essa igualdade no campo jurídico, para proteger o hipossuficiente com uma relação e uma norma eminentemente intuitiva, eminentemente de proteção. Essa tem sido a lição que o Ministério Público do Trabalho tem tentado aprender e tem tentado, de forma articulada, desenvolver nos nossos dias.

Não vou me alongar. Muitas manifestações belíssimas foram aqui produzidas. Eu não tenho mais necessidade de me alongar, até porque, diferentemente do que fez o Senador Paulo Paim, em episódio relatado aqui há poucos minutos, nós não precisamos fazer

greve de fome – já passamos do meio-dia, e muitos estão com fome, precisando se alimentar –, porque a discussão sobre o salário mínimo, parece-me, nos nossos dias, caminha de forma bem melhor, porque o Brasil tem aprendido a caminhar para a frente. E é essa a lição que temos todos.

Mas faço um apelo, para encerrar a minha manifestação, deixando bem claro que essa legislação pode ser aprimorada. É óbvio que sim. É claro que pode ser aprimorada. Não há nada tão bom que não possa ser melhorado – é um chavão popular que ouço todo dia na rua. Mas vejam: nós não podemos deixar que essa legislação venha a retirar direitos que foram conseguidos com muita luta, com muito esforço, com muito sangue e com muito suor. Também há um dito que ouço nas ruas de que não há almoço grátis.

Se nós chegamos a esse patamar de benefícios, é porque nós, os trabalhadores e a sociedade brasileira, conquistamos um avanço.

(Soa a campainha.)

O SR. LUÍS ANTÔNIO CAMARGO DE MELO –

Encerro, deixando um apelo ao Senado da República.

Tramita, na Câmara dos Deputados, uma proposta que trata do instituto da terceirização. Lamento falar dessa forma. Tenho absoluto respeito pelo Parlamento. Aliás, é por conta do Parlamento, na Constituição de 1988, que o Ministério Público do Trabalho alçou à condição em que estamos hoje, de defensor do ordenamento jurídico, de defensor dos direitos sociais e individuais indisponíveis, enfim, que nos deu a condição de ser um Ministério Público social.

Mas a proposta que tramita, na Câmara dos Deputados, em relação ao instituto da terceirização – repto, perdoem-me falar dessa forma –, vai jogar na lata do lixo o art. 2º e o art. 3º da CLT. E se nós temos, na Consolidação das Leis do Trabalho, uma relação entre o homem trabalhador...

(Soa a campainha.)

O SR. LUÍS ANTÔNIO CAMARGO DE MELO –

... e o homem empresário, ou seja, entre os homens, nós não podemos abrir mão dos conceitos de empregado e de empregador, que estão nos arts. 2º e 3º da CLT. Infelizmente, a proposta que trata do instituto da terceirização joga por terra, faz tábula rasa desses dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho.

Essa discussão vai chegar ao Senado da República. Eu tenho certeza de que aqui, nesta Casa, terá o tratamento adequado; terá o tratamento de rejeição, para que não seja ofendida a Consolidação das Leis do Trabalho.

Agradeço a oportunidade.

Saúdo a todos! Tenhamos todos uma boa tarde! (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Este foi o Procurador-Geral do Trabalho, o Ex^{mo} Sr. Luís Antônio Camargo de Melo, que, na linha de todos os oradores, defendeu, de forma muito firme, a nossa CLT.

Neste momento, pelo princípio de falar um convidado, um Senador ou um Deputado, passamos a palavra ao Senador Cristovam Buarque. (Palmas.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Paim; Deputado Federal que está na lista, mas não está...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – É o Deputado Paes Landim, que precisou sair. Ele estava representando a Câmara, e já falou.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sr. Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, Ex^{mo} Sr. Carlos Alberto Reis de Paula; Ex^{mo} Sr. Luís Antônio Camargo de Melo, Procurador-Geral do Trabalho; Ex^{mo} Sr. Juiz Paulo Luiz Schmidt, Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho; Sr. José Calixto Ramos, a quem eu cumprimento especialmente, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria; Presidente da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil, Sr. Ubiraci Dantas de Oliveira; Presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil, Sr. Moysés Leme da Silva Neto; Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, creio que em um País como o nosso, tão dinâmico, nas nossas legislaturas, nas nossas legislações, é algo a festejar o fato de estarmos comemorando 70 anos de um marco legal. Só isto já justifica estarmos aqui: a comemoração de 70 anos.

Ao mesmo tempo, em um País tão dinâmico, nós temos que nos preocupar com o fato de que estejamos comemorando uma lei, que tem 70 anos, dos direitos dos trabalhadores, quando, nesse período, a gente já deveria ter avançado muito, como se falou há pouco aqui. Nós precisamos comemorar os 70 anos, continuar a luta para manter o que o Ministro Lindolfo conseguiu, naquela época, como o grande artífice da CLT. Nós tínhamos que continuar lutando para aumentar – o verbo foi aprimorar – a CLT.

É nesse sentido que eu quero tocar em um ponto. Nós temos, na lei, na CLT, proteção aos trabalhadores para que eles não caiam no desemprego. Nós precisamos avançar para colocar em alguma lei neste País a garantia de emprego para quem não tem emprego ainda. Temos que ter algum mecanismo, como o que temos para garantir a taxa de juros conforme o mercado, como nós temos a defesa de outras vantagens

no setor produtivo para alguns grupos capitalistas, empresariais – não estou contra que isso exista –, nós temos que trazer também uma proteção no sentido de geração de emprego como parte do instituto legal no Brasil.

Alguns dizem que isso não é possível. Eu quero dizer e trago aqui para mostrar aos senhores um projeto de lei que eu apresentei há alguns anos e que eu creio que ajudaria a oferecer emprego. Eu preferi não colocar dentro da CLT para não macular um instituto que todos defendem. Eu preferi colocar na LDB – Lei de Diretrizes e Bases. É uma coisa muito simples, que diz que, a cada sete anos de trabalho, assegura-se a cada trabalhador brasileiro uma licença para que ele possa se aprimorar na sua profissão ou em outra.

Ou seja, o aprimoramento da CLT se daria pelo aprimoramento dos trabalhadores. Por que isso é importante? Porque há uma dinâmica tão grande hoje na estrutura capital e trabalho que quem não se aperfeiçoar não mantém o seu emprego. Ou, mais ainda, quem não conseguir outra profissão pode ficar desempregado.

As férias foram uma grande conquista, o décimo terceiro foi uma grande conquista, mas falta esta conquista: assegurar tempo aos trabalhadores brasileiros para que eles possam fazer cursos de aperfeiçoamento, para que eles possam fazer cursos de mudança na sua área de trabalho. A cada dia, hoje no mundo, algumas profissões ficam obsoletas e o trabalhador fica obsoleto também. Que a profissão fique obsoleta é impossível impedir, agora, que o trabalhador fique obsoleto é forçoso impedir que isso aconteça. E a única maneira é treiná-lo permanentemente para novas atividades, para novas profissões, para novas funções.

Por isso, no momento em que nós comemoramos esses 70 anos – alguém falou de uma senhora de 70 anos –, eu quero dizer que a gente precisa colocar novas conquistas para os trabalhadores. Não vou dizer colocar um *botox* na senhora de 70 anos, porque aí tem gente que vai querer fazer uma cirurgia plástica tão grande que muda a cara dela. Mas que, através de outros mecanismos, de outras leis, em outros setores, nós conquistemos mais direitos para os trabalhadores. E eu vejo como hoje o fundamental direito, o direito ao aprimoramento profissional, à reciclagem, senão nem a CLT vai segurar muito das coisas. E quando a gente ouve falar em mudar a CLT, em geral, é para adaptar o trabalho à dinâmica como hoje evolui a tecnologia sem proteger o trabalhador. Aí se quer mudar a CLT. Não. Vamos fazer com que ninguém fique desempregado, mesmo com o avanço técnico, porque é difícil parar o avanço técnico. Para isso, é preciso cada profissional se aprimore na sua área ou mudando de área.

E, finalmente, não posso deixar de falar, alguns acham que é uma mania, é que a CLT cuida do trabalhador de hoje e nós precisamos pensar no trabalhador de amanhã. E a única maneira de pensar no trabalhador de amanhã é através de uma revolução na educação brasileira. Eu falei revolução, uma revolução que pegue o atual sistema e faça com que ele seja substituído por um sistema novo, como o Presidente Collor tentou com os Ciacs, como o Brizola iniciou com os Cieps, inspirando os Ciacs, como o próprio Presidente Collor fala. Lamentavelmente, não teve tempo para cinco mil, e nós precisamos fazer 200 mil, mas não em um mandato: dois, três mandatos de Presidente.

Eu chamo isso de federalização da educação de base, como foram os Ciacs: nós termos uma escola que seja igual, em qualquer cidade e para qualquer família, onde uma criança não tenha escola desigual porque uma é filha de rico e outra é filha de pobre, ou porque nasceu em uma cidade ou em outra cidade do Brasil. Só há um jeito de a escola ser igual em todas as partes: é sendo federal.

Hoje, o jornalista Alexandre Garcia comentava que, quando ele estudou, anos atrás, em uma escola pública, havia o filho de um trabalhador braçal, ele e um dos homens mais ricos da cidadezinha dele, lá no Rio Grande do Sul. E, quando terminaram, todos tiveram a mesma oportunidade. Isso é possível. É possível o filho do trabalhador estudar na mesma escola do filho do patrão. E essa é a revolução que o Brasil precisa fazer, revolução em que a CLT deu um salto do ponto de vista de defesa do direito, mas que precisa dar um salto da conquista do direito de o filho do trabalhador estudar na mesma escola do filho do patrão. Eu gostaria de ver o movimento sindical defendendo a CLT, mas também indo para a rua para defender a revolução educacional de que o Brasil precisa, a meu ver, por meio de uma federalização.

É isso, Sr. Presidente, comemorando 70 anos e olhando mais uns 20 ou 30 à frente, que é o tempo de fazer o primeiro centenário da CLT. É o tempo de a gente já ter feito essa revolução na educação dos filhos dos trabalhadores.

Muito obrigado. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Cristovam Buarque, já projetando o centenário da CLT.

Neste momento, é com satisfação que convidamos para usar da palavra o Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, nosso TST, Ex^{mo} Sr. Carlos Alberto Reis de Paula. (*Palmas*.)

O SR. CARLOS ALBERTO REIS DE PAULA – Senador Paulo Paim, que preside esta comemoração tão marcante na história do Congresso Nacional, Se-

nador Mozarildo Cavalcanti, Senador Fernando Collor, Deputado Paes Landim,

Senador Cristovam Buarque; Dr. Luís Antônio Camargo de Melo, Procurador-Geral do Trabalho; Juiz Paulo Luiz Schmidt, Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra); José Calixto Ramos, meu colega de Bancada no TST, durante certo período, Presidente da Nova Central Sindical e da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria; Sr. Ubiraci Dantas de Oliveira, Presidente da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil; Sr. Moysés Leme da Silva Neto, Presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil; Srs. Ministros; Srs. Desembargadores; sindicalistas; meus senhores e minhas senhoras.

Nas comemorações dos 70 anos da CLT, hoje é uma página definitiva, Senador Paim. Efetivamente, a CLT só poderia ser comemorada plenamente no Congresso Nacional, na medida em que a CLT continua sendo uma voz do povo na organização da sociedade brasileira.

Obviamente, Senador Fernando Collor, V. Ex^a bem faz menção à história, o Brasil que andou pelos escravos, cheio de bando da África, o Brasil que viveu dos imigrantes, vivendo de parceria e colonato também escravizados, começou a encontrar a sua libertação através de leis, em que seu avô, nosso Lindolfo Collor, foi muito importante.

A partir dali, nós tivemos um progressivo crescimento no reconhecimento do valor do trabalho, chegando ao ápice em 1º de maio de 1943, quando o gênio criativo, político e social, com a sensibilidade social de Getúlio Vargas, através de um decreto-lei, entregou à sociedade a nossa CLT.

Por quê, Senador Cristovam Buarque, essa CLT não precisa sofrer uma cirurgia plástica? Por quê, Senador Mozarildo Cavalcanti, essa CLT continua atual? Ela continua atual porque retrata, com muita expressão, aquilo que a Constituição de 1988 consagra.

Eu costumo sempre dizer que, quando se cuida de direito trabalhista, nós temos ir ao art. 170 da Constituição da República, que diz que a ordem econômica é fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa. Não há, Senador Paulo Paim, ordem econômica em que o trabalho seja marginal. Não há, meu querido Calixto, uma ordem econômica em que haja prevalência apenas do capital. É nessa conjugação da livre iniciativa e do trabalho que nós conseguiremos construir nossa sociedade em que o cidadão, trabalhador, realmente, encontre o seu lugar no mundo e o respeito que a cidadania e o trabalho lhe concedem.

É exatamente por isso que nós vemos a CLT sempre nova, essa setuagenária sempre cativante e

sedutora. Mais que balzaquiana, mas, mais que moderna e atual. Por quê? Porque se consagra o respeito ao trabalho, se consagra o respeito ao trabalhador. Diz-se que direito é irrenunciável, quando se cuida de valores maiores como saúde e segurança de trabalho. Diz-se que lugar de criança é na escola e junto à família, nunca na exploração do trabalho. Diz-se que mulher tem de ter direitos específicos, à medida que ela não é somente uma trabalhadora, mas alguém que ajuda a construir a sociedade, sobretudo em sua condição de mãe. É por tudo isso que a CLT permanece atual. E é por tudo isso que a CLT, em sua atualidade, desafia, meus queridos Senadores, e continua seu olhar de atenção para sua atualização.

A CLT não pode parar na história. Há de ser atualizada, há de ser modernizada, mas, jamais, flexibilizada, porque a flexibilização das normas trabalhistas significa, em última instância, o mais profundo desrespeito ao valor máximo da República Federativa do Brasil, qual seja, o trabalho humano. (Palmas.)

Na outra sala deste Congresso Nacional, com freqüência, nos vem à retina a imagem de Ulysses Guimarães segurando a Constituição de 88 e dizendo que aquela era uma Carta Cidadã. E é essa Carta Cidadã que nós temos de preservar, quando os senhores que fazem as leis, os senhores que representam a voz da sociedade têm a oportunidade de discutir problemas. Nós que somos profissionais do direito, nós que guardamos a CLT em seus valores e em seus princípios, nós rogamos a V. Ex^as que tenham o máximo cuidado para que, efetivamente, o trabalho seja preservado e que com ele, ao lado da valorização da livre iniciativa, encontremos o verdadeiro caminho, mas, jamais, a troca do sacrifício da pessoa trabalhadora.

É nesse sentido que, aproveitando as palavras do caríssimo Procurador do Trabalho, em relação ao projeto da terceirização, reafirmo a mais absoluta confiança no Congresso Nacional, na razoabilidade e na prudência, e que os senhores hão de preservar os valores e hão de permitir a modernidade, mas, jamais, a troca do sacrifício do trabalhador.

É nesse sentido que, na condição de Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, rogo a atenção de V. Ex^as para projetos de iniciativa da Casa, da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal, em que há interesses trabalhistas presentes, como no projeto de lei que cuida da execução trabalhista.

Estamos cansados de decidir, Srs. Congressistas, e nada acontecer no mundo dos fatos. É necessário fazer com que a voz da Justiça, as decisões da Justiça sejam efetivadas. Estamos cansados de ficar assoberbados de recursos. É necessária uma revisão sobre o sistema recursal trabalhista, a permitir que nós

possamos dar a prestação jurisdicional num tempo mais ágil, num tempo mais breve.

Mas reafirmamos a V. Ex^{as}s as nossas mais profundas homenagens, reafirmamos a V. Ex^{as}s e ao Senador Paulo Paim, que aqui sintetiza todos os Congressistas do Brasil, o nosso mais profundo respeito, porque queremos, Senador Paulo Paim, celebrar – por que não? – mais 70 anos da CLT, com a admiração da sociedade brasileira e daqueles todos, como os alemães que nos visitaram e ficaram impressionados de nós termos um marco regulatório com 70 anos tão jovial.

Muito obrigado aos senhores. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o Exm^o Sr. Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, Sr. Carlos Alberto Reis de Paula.

Queria, ainda, convidar para a Mesa o Artur Bueno, porque aqui ele representa 17 confederações de trabalhadores. Bueno, por favor, venha à mesa.

Neste momento, sem prejuízo da palavra do Artur e mais dois representantes de centrais que estão presentes, vou fazer o meu pronunciamento, em uma referência especial dada pelo Presidente da Casa, Senador Renan Calheiros que disse: "Paim, faça a tua fala, diga o que você acha adequado. Eu tenho certeza de que a Casa se sentirá representada".

Então, neste momento, eu faço a fala que faria da tribuna, mas, como conversei com o Senador, ele me pediu que assim eu me dirigisse a vocês e o faço neste momento.

Meus amigos, minhas amigas, essa é uma sessão histórica. Fazemos hoje, como disse na abertura, uma justa homenagem a uma nobre senhora que completa 70 anos.

Nossos queridos convidados, do mais simples a mais alta autoridade, ela é jovem, sim, pois sempre esteve à frente do seu tempo. Ela é como um arco que a gente lança contra o vento e ela procura o alvo. Qual é o alvo? Não é o alvo do abate, é o alvo da Justiça que ela dirige, mediante a flecha que passa olhando para todos nós.

Nem sempre ela é entendida, compreendida, mas está sempre firme, não dobra a espinha. Ela representa a clava da Justiça.

A CLT constitui aquela espécie rara de construções jurídicas longevas, pois vai ultrapassando a sétima década. Esse fato, que por si só causa impressão a todos, nos faz perguntar sobre as razões de uma vida tão longa e com tanta juventude.

No nosso País, queiramos ou não, temos as leis que pegam e as que não pegam. Parece muito raro encontrar legislação que desfrute totalmente da legitimidade, da credibilidade popular. A CLT, essa, ninguém questiona, ela pegou, ela é fato, é real.

Em minha opinião, as diversas homenagens que estamos realizando pelo País pelos 70 anos da nossa CLT, é mais do que justa. Lembramos, claro, como foi falado por todos aqui, do Presidente Getúlio Vargas, gaúcho, estancieiro, lá do meu Rio Grande, mas que teve muita convicção sempre. E aí veio o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, aqui muito bem lembrado por Mozarildo Cavalcanti, por Fernando Collor, neto de Lindolfo Collor, que ajudou a escrever aquele momento do nosso País.

Cumpre aqui resgatar a enorme importância histórica dessa que é uma das normas trabalhistas mais avançadas do mundo e se constituiu num marco ao inserir, de forma definitiva, os direitos na legislação brasileira. Além disso, eventos como este constituem ocasião propícia para mostrarmos os interesses que se escondem por trás das propostas de desmonte, de flexibilização – como disse muito bem aqui o nosso juiz Presidente do TST, da nossa Justiça – da nossa CLT.

Enfim, é preciso ter sempre muito claro que a CLT tornou-se uma referência, como legislação social, pelo fato de haver nascido com uma gloriosa missão: de equilibrar uma relação sempre marcada pela injustiça e pela desigualdade; de proteger o lado mais frágil dessa relação desigual no mundo do trabalho. É essa a missão que a CLT vem cumprindo, ao longo de 70 anos.

Não podemos deixar que ninguém, ninguém, jamais, desconstrua esse marco legal. Caso contrário, teremos a desenfreada prevalência do poder econômico sobre os legítimos direitos de um povo que não detém o capital, mas que participa, com o seu trabalho, do processo de produção e de riqueza da Nação.

Como explica o jurista uruguai Oscar Ermida Uriarte, "antes da dignidade e centralidade do trabalho, surge o trabalho indigno e a necessidade de se reconhecer a dignidade humana".

Com efeito, para que a noção moderna de trabalho pudesse se consolidar, foram necessários dois fenômenos de importância mundial: a Revolução Industrial, no campo econômico, e a Revolução Francesa, no campo político e jurídico. As condições de trabalho vigentes a partir da Revolução Industrial, em contraposição ao ideário humanista da Revolução Francesa, abriram caminho para o reconhecimento da centralidade do trabalho e de sua especial dignidade.

Dessa revolução, começam a surgir, então, no mundo, as primeiras normas de proteção aos trabalhadores. Lembramos aqui que, em 1919, é criada a Organização Internacional do Trabalho, a nossa OIT; 24 anos depois, em 1943, enfim, promulgamos a CLT.

A CLT é um patrimônio do povo brasileiro, pela relevância dos direitos que assegura; direitos que, aqui, poderíamos enumerar: carteira de trabalho, previdência,

vale-transporte, férias, os adicionais, salário-mínimo, licença-gestante, licença-paternidade, 13º, FGTS, PIS, carga horária, descanso remunerado, e aqui poderíamos listar todos os direitos dos trabalhadores que têm como centralidade a nossa CLT.

Como qualquer outro ramo do direito, também o trabalhista deve, para permanecer eficaz – claro! –, adequar-se aos avanços da sociedade brasileira, nos âmbitos econômico, social, político e cultural. Por certo, precisamos ajustar o Direito do Trabalho em novos paradigmas impostos pelas inovações tecnológicas e pelo processo de globalização. Ninguém nega isso! O problema está no conteúdo que deve ou não avançar na linha que aqui lhes falo, da modernização.

Devemos, sim, portanto, preservar os mecanismos jurídicos de proteção do trabalho, atualizando-os frente às inovações. No entanto, mais que, meramente, preservar os direitos adquiridos pelos trabalhadores, defendemos a necessidade, como aqui foi dito, de avanços concretos, e não retrocessos, nesses mecanismos de produção, expandindo-os progressivamente. A modernização que nós defendemos, que esta Mesa defende, que este Plenário defende não representa, de forma alguma, obstáculo ao desenvolvimento econômico. Ela se posiciona, contudo, contra qualquer forma de retrocesso social, exigindo que se faça a necessária conciliação entre o desenvolvimento econômico, o desenvolvimento social e a melhoria das condições de vida do nosso povo, dos trabalhadores.

Meus amigos e minhas amigas, como mencionei há pouco, todos concordam com a necessidade de melhorar a legislação que regulamenta as relações de trabalho no Brasil; mas é irônico, tristemente irônico, constatar que, muitas das propostas, atualmente apresentadas, com o nome “modernização da legislação trabalhista”, na verdade, advogam simplesmente querer que voltemos ao tempo das cavernas e aos tempos da escravidão. Isso não passará! Isso aqui nunca acontecerá! (Palmas.)

O que essa ideologia está a defender é uma modernização às avessas, um verdadeiro retrocesso, sob o pretexto de promoção, de competitividade, de empreendimento econômico.

Tudo à custa do quê? Da precarização das condições de vida dos trabalhadores. Sim, é cruel! Também, que essas propostas sejam apresentadas para solucionar uma suposta crise econômica. Aliás, falam tanto dessa crise econômica, Presidente Collor, Mazzarildo, nossos convidados, crise da qual se fala todo dia e que eu não vi chegar aqui ainda, tanto que o desemprego na Europa é de 26% e aqui no Brasil é de 4,2%, quase o pleno emprego. Por que flexibilizar, se

a nossa CLT, de que eles reclamam tanto, assegura praticamente o pleno emprego?

Está evidente que a crise econômica que atinge milhões de famílias, sim, ao redor do mundo, desde 2008, com desemprego e arrocho salarial, foi desencadeada pelos donos do capital como forma irresponsável, pensando somente no lucro, sem medir as consequências sociais, econômicas e políticas.

Foram essas medidas de desregulamentação do sistema financeiro, de concessão de completa liberdade, como aqui disse o nosso Presidente, da flexibilização do direito dos trabalhadores. Isso, sim, trouxe a crise para os ditos países de primeiro mundo. Como sempre, quem sofre as consequências na própria pele são os assalariados, os trabalhadores da ativa. Também aqui neste plenário estão, em grande quantidade, as lideranças, não só da ativa. Dizem que não dá para dar aumento aos aposentados e pensionistas, sejam da área civil, sejam da área militar – aqui muito bem representados, como foram hoje pela manhã. Esses discursos de modernização, martelados com insistência, não passam de falácia habilmente articuladas com o objetivo de preservar a vigente ordem econômica, ou seja, dar mais a quem tem muito e menos a quem não tem quase nada (Palmas.)

Parte significativa da nossa economia ainda está na informalidade. As desigualdades econômicas e sociais, apesar dos avanços registrados nas últimas duas décadas, ainda são enormes. Continuamos, é fato, é real, não tem como aqui, numa sessão do Congresso, eu não dizer que continuamos, em pleno século XXI, a conviver com um número escandaloso de trabalhadores submetidos a condições indignas, ao trabalho escravo. Os aposentados e pensionistas assistem os seus salários ano a ano despencando.

A infâmia representada pela exploração do trabalho infantil perdura nas mais diversas regiões.

Antes de embarcarmos na balela da flexibilização da prevalência do negociado sobre o legislado, devemos ter bem claros os dados da realidade nacional.

Os trabalhadores ainda recebem menos salários do que aqueles que não são negros. As mulheres recebem salários muito inferiores aos dos homens. Que igualdade é essa? Grande parte dos trabalhadores não tem sequer a sua carteira de trabalho assinada. Que igualdade é essa? Mas a Constituição diz que ninguém pode ser discriminado. Como, não é uma discriminação?

É fácil constatar, ademais, que a violação dos direitos dos trabalhadores atinge principalmente os segmentos mais vulneráveis. Estão aí os não sindicalizados; estão aí aqueles que vivem no estado de miséria e de pobreza.

Só lembro aqui que, somente no ano de 2010, ingressaram na Justiça do Trabalho – e aqui o TST pode me ajudar se eu errar nos números – mais de 13,3 milhões novos processos, na sua maioria vinculando reclamações de descumprimento das mais elementares obrigações trabalhistas, como o registro de contrato de trabalho, ou a assinatura da carteira profissional, ou, mesmo, as verbas rescisórias.

Em face desta realidade, é de perguntar como alguém, em sã consciência, pode advogar flexibilização dos direitos dos trabalhadores no Brasil. Não, não dá para acreditar.

Hoje, tal qual há 70 anos, a CLT criada permanece necessária à existência do direito do trabalho e, para mim, de um núcleo duro. Fala-se tanto em núcleo duro. Núcleo duro para defender a CLT, que assegure a dignidade própria do ser humano que executa o trabalho e, por ser irrenunciável, esse núcleo duro não pode estar sujeito a qualquer espécie de flexibilização da nossa CLT. Esse núcleo duro não se esgota nos direitos conhecidos baseados na nossa Constituição, além dos direitos relacionados à saúde, à segurança do trabalhador e aos outros direitos.

Uma legislação trabalhista modernizada deve, sim, ampliar o prazo da licença paternidade e da licença maternidade, para que a família possa estar mais próxima do pai e da mãe, como um direito, propiciando um compartilhamento maior dos filhos.

Meus amigos, o trabalho terceirizado, eu não poderia deixar de aqui falar, é um trabalho terceirizado tão denunciado pelos fiscais do trabalho. A cada dez acidentes com morte no trabalho, oito são de empresas terceirizadas, e as empresas que terceirizam não querem assumir a responsabilidade solidária.

Eles querem revogar a responsabilidade solidária. Terão que assumir, sim, a responsabilidade solidária, porque é um absurdo que empresas, que não vou aqui citar o nome, grandes empresas, de repercussão nacional, no seu pátio de trabalho, morrem oito que trabalham em terceirizada contra dois não terceirizados. Essas empresas têm a obrigação de fiscalizar e, por isso, têm que assumir a responsabilidade solidária.

Por tudo isso, meus prezados amigos, é que refutamos, nos mais duros termos, as antigas, desgastadas propostas de precarização travestidas no discurso de modernização. Defender o que é negociado, que prevaleça sobre o legislado, não é ser moderno, é ser atrasado, e, muito ao contrário, é ser retrógrado e chega a ser uma covardia. É posicionar-se contra o homem, a favor de uma ordem econômica oligárquica, é colocar-se a serviço dessa ordem injusta e perversa.

Ao tomar posse, anos atrás, na Presidência da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do

Trabalho, a Anamatra, Dr. Cláudio José Montesso ainda, Dr. Cláudio José Montesso, abordando o tema disse: “Como se pode propor a retirada de direitos que nem sequer foram adquiridos por grande parte dos trabalhadores brasileiros?” É um questionamento ao mesmo tempo singelo e, para mim, poderoso, que vai, em poucas palavras, ao cerne da questão.

No Congresso Nacional, e aqui foi dito, mas eu repito, tramitam vários projetos nesse sentido, que esses Deputados deviam retirar as propostas. Por favor, fica aqui um apelo: Retirem essas propostas. Retirem essas propostas. (Palmas.) Que eu vou aqui citar e, na esperança que eles retirem, eu não estou dando nome, mas dou o número: que saia, que vá para o arquivo, que vá, como alguém já disse aqui, para a lata do lixo, que seria um bom lugar, o Projeto de Lei nº 951, de 2011, que cria o Simples Trabalhista – quem quer Simples Trabalhista? Quem quer Simples Trabalhista? Olha, eu simplifico, não pago os direitos e tudo bem –; ou o Projeto de Lei nº 4.330, de 2004, que trata da terceirização; ou o Projeto nº 1.463, que cria o novo Código do Trabalho. Ninguém quer o novo Código do Trabalho. Vocês querem o novo Código do Trabalho? Alguém aqui está pedindo novo Código do Trabalho?

Então, sem consultar ninguém, querem fazer um novo Código do Trabalho! E esse novo Código não vem para melhorar, só vem para piorar.

A posição da Anamatra, com a qual compartilho, é de que a aprovação desse texto – palavras da Anamatra – Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho: “representaria um grande retrocesso ao direito dos trabalhadores no Brasil e uma afronta à própria Constituição”

Muito nos preocupa também a proposta de criação de duas formas de contemplação: a eventual e a por hora de trabalho. Eventual ou por hora de trabalho, você acerta, paga e não tem direito trabalhista nenhum. Mais um retrocesso que abriria espaço para o não cumprimento da CLT e da própria Constituição.

Em todos os lugares em que houve flexibilização desenfreada, o desemprego e a miséria aumentaram. O que fomenta a geração de emprego, meus amigos, é o desenvolvimento econômico que não pode ter por pressuposto a precarização do trabalho.

É fundamental, nessa medida, que o Brasil mantenha a aderência a uma política que preze o crescimento econômico aliado ao desenvolvimento social, o qual depende basicamente do emprego de qualidade e salário decente.

Em muitos países em desenvolvimento, a busca por maior competitividade empresarial vem sendo feita por uma via totalmente equivocada, é desastre total, consistindo na supressão ou redução dos direi-

tos sociais, com poucos investimentos onde deveriam aplicar, na ciência, na tecnologia e na qualificação dos trabalhadores, tão aqui falado.

Aqui me refiro novamente ao ex-Presidente da Anamatra, meu querido amigo Dr. Renato Sant'Anna, que apontou que a questão relativa ao direito dos trabalhadores é urgente no Brasil e no resto do mundo, sendo preciso desmistificar a ideia de que respeitar esses direitos implica aumento de custo para as empresas.

Como aponta o atual Presidente da Anamatra, aqui ao meu lado, Dr. Paulo Luiz Schmidt, precisamos, sim, ratificar a noção de que a CLT, os direitos trabalhistas, na verdade, regulam competição, sendo nessa medida benéficos para os empregados e para os empregadores.

Nós, no Brasil, devemos observar atentamente a experiência dos países onde a lógica foi a flexibilização. Não queremos que se repita em nosso País o aumento do desemprego verificado em países como a Argentina, como a França, como a própria Grécia. Muito menos poderíamos admitir uma situação de superexploração da mão de obra tal como se observa em diversos países da Ásia.

O Brasil atravessa o mais importante ciclo de desenvolvimento econômico e social da sua história.

As propostas de enfrentar as consequências da crise econômica internacional, com a supressão ou redução de direitos são verdadeiramente indecorosas, vergonhosas. Seria um desastre!

Defender a flexibilização dessas leis como o caminho para o aumento da competição, além de uma falácia, é uma perversidade. Os trabalhadores, os aposentados não podem, mais uma vez, ser chamados para pagar a conta.

Devemos, sim, assegurar a prevenção dos direitos conquistados pelos trabalhadores. Avançar na formalização, garantindo a promoção progressiva de padrões cada vez mais elevados de dignidade, de humanidade e de justiça social para todos.

Ao analisarmos 70 anos de vigência da CLT, fica bastante claro que ela tem cumprido fielmente sua missão de proteger a nossa gente, de garantir mais equilíbrio à relação injusta e desigual entre capital e trabalho.

Ao longo de 70 anos de existência, a CLT vem permanentemente influenciando na direção da solidariedade, assegurando a correção de violações trabalhistas mais diversas.

Ao participar desse evento, lembrando os 70 anos da CLT, desejo apenas reiterar nossa posição firmemente contrária a qualquer forma de flexibilizar o direito dos trabalhadores. Estaremos, estamos nesta trincheira sempre na defesa permanente das condições de trabalho de nossa gente.

Finalizo, dizendo que os meus amigos Senadores e Deputados têm de estar atentos aos anseios da população e de toda a nossa gente. O Congresso Nacional tem de estar em sintonia, como eu sempre digo, com o rufar dos tambores que ecoam diariamente nas ruas do nosso País, nos campos e nas florestas; com o rufar que ecoa da gente sofrida com a seca que assola o Nordeste; dos alagados, das catástrofes, das enchentes ou mesmo com o lamento das pessoas com deficiência, que sofrem em virtude do preconceito.

O Congresso deve identificar-se, sim, por exemplo, com a dor sofrida – por que não lembrar aqui? – pelos trabalhadores e estudantes na tragédia que considero a maior de todos os tempos no meu Rio Grande, acontecida em Santa Maria.

A população tem que ir para as ruas contestar a falta de investimento nas áreas que entendo serem as mais fundamentais. E aí, meus amigos de centrais sindicais, vocês têm um compromisso histórico, porque, se aqui já aprovamos, e é lei, a política que valorizou o salário mínimo, o Estatuto do Idoso, da Igualdade Racial, escolas técnicas, Bolsa Família, ProUni, política de cotas, Bolsa Permanência, Lei dos Autistas, Lei Maria da Penha, Estatuto da Juventude, PEC das Domésticas, a gente tem que lembrar, neste momento, que um país sem miséria não discrimina sua gente por gênero, por raça, por cor, por religião, por orientação sexual. Significa que temos ainda um longo caminho a percorrer.

Terminando, o Brasil precisa – e é aí que eu quero um olhar mais detalhado, para aprofundar o debate – da discussão das 44 horas para 40 horas semanais, nem que seja uma hora por ano, que estariam gerando três milhões de novos empregos. Seria um extraordinário avanço a geração desses empregos.

Termino falando... E não poderia deixar de falar; eu sei que meu discurso está longo, mas, para mim, hoje é uma data que vocês podem crer que está dentro do meu ser, e é uma energia que acaba movimentando, e passei o fim de semana escrevendo esta pequena peça, Senador, Presidente Collor.

O Brasil, meus amigos das centrais e confederações, o Brasil aguarda ansiosamente o fim do famigerado fator previdenciário,... (Palmas.)

... considerado o maior inimigo dos trabalhadores, a lei mais cruel de que se ouviu falar na história do País depois da ditadura.

Essa fórmula – desculpem a expressão – rouba, assalta o trabalhador; no caso da mulher, em 50% no ato da aposentadoria; e, do homem, em torno de 45%. O Senado já aprovou em 2008 o fim do fator. Está na Câmara. Infelizmente o projeto ainda não foi votado.

Aliás, gostaria ainda de dizer, quando se fala em acabar com o fator previdenciário, a primeira argu-mentação que a gente ouve é que a Previdência está falida. Hoje mesmo – hoje mesmo! –, lá na Comissão de Direitos Humanos, o representante do Ministério da Previdência disse: “Não, a Previdência urbana, onde se aplica o fator, teve, no ano passado, um superávit de R\$25 bi, e, mesmo com a desoneração, tem um superávit este ano de R\$21 bi.” Então, como se explica? Como é que eu desonero a folha em R\$37 bi, tenho ainda um superávit de R\$21 bi, no mínimo, e não querem acabar com o fator, que dizem que é um gasto de R\$2 bi ou R\$3 bi?

Senhores e senhoras, chega a ser engraçado ouvir daqueles que a Previdência está falida, não pode pagar os aposentados, mas pode abrir mão de R\$30 bi, R\$40 bi ou R\$50 bi, como já foi aprovado aqui nessa Casa. O Senado aprovou, em 2008, dois projetos para mim importantíssimos: o que recompõe o valor das aposentadorias, e o outro que quer garantir aos aposentados um percentual que acompanha o crescimento da massa salarial.

Portanto, os aposentados precisam ser respeitados, precisam de aumentos dignos. Afinal, eles ajudaram a construir este País.

Por fim, da desaposentadoria não tem como eu não falar. O que é a desaposentadoria? Eu fui atingido pelo fator, meus amigos Deputados e Senadores, meus amigos convidados. Ganhava 2 mil e passei a ganhar mil. Tive que voltar a trabalhar. Continuei na empresa ganhando mais 2 mil e continuei contribuindo sobre 2 mil. E o que diz o STJ? O que diz a política que já existe para o Executivo, para o Legislativo e para o Judiciário? Você pode usar as contribuições que você fez. Depois que se aposentou, pede a revisão do benefício e faz o novo cálculo, baseado nas 80 maiores contribuições, e aplicando, ainda, o fator. Mas não querem. “Olha, para o Legislativo pode, para o Executivo pode, para o Judiciário pode, mas para o celetista, essa ‘peãozada’, para isso não pode”.

Ah, isso não dá! Isso não dá! É uma brincadeira de mau gosto. Quem paga a conta são somente os trabalhadores. O próprio Tribunal de Contas já decidiu que é legítima a desaposentadoria. Repito: o STJ já decidiu, por sete a zero, que é legítima a desaposentadoria.

Enfim, eu ainda tenho que dizer que o Congresso Nacional não aprova a PEC de combate ao trabalho escravo. Cento e vinte e cinco anos depois da abolição da escravatura, nós estamos aqui brigando para que possamos ter uma lei que diga que perde a propriedade, no campo ou na cidade, quem detiver homens e mulheres sob o regime da escravidão. E tem que

perder mesmo. Não podemos admitir que prevaleça o princípio da escravidão.

Segundo dados, vejam bem, do próprio Ministério do Trabalho, mais de 43 mil trabalhadores foram resgatados do trabalho escravo entre 1995 e 2012. O trabalho forçado, a servidão não pode continuar neste País. O art. 149 do Código Penal mostra isso, mas, infelizmente, é uma realidade no campo e na cidade.

Eu acredito que estamos caminhando. Acredito que, se fizermos o nosso trabalho com muita fé e boa vontade, estruturados em bases sólidas, na busca da justiça social, da igualdade de oportunidades e respeito à dignidade humana, certamente pousaremos nossos olhos, no futuro, no justo tratamento que o nosso povo merece.

Repto – e aqui reafirmo e termino: nem a ditadura teve coragem de mutilar a CLT. E não seremos nós, no Estado democrático de direito, que vamos permitir. Podem crer: jamais vamos nos omitir. Se tivermos de escrever novos horizontes – nós todos que estamos aqui e aqueles que combinam ou concordam com o nosso ponto de vista – com a ponta das estrelas, nós o faremos com a mesma fé e paixão que a vida nos deu.

Feliz aniversário, minha jovem e querida Srª CLT, pelos seus 70 anos!

Que Deus, o Senhor do universo, mande muita energia para os trabalhadores e aposentados, pois eles merecem!

Vida longa à CLT!

Muito obrigado. Desculpem-me se fui longo demais. (*Palmas.*)

Está conosco aqui – e que bom – o Deputado Amauri Teixeira, representando a Câmara dos Deputados. Esta é uma sessão do Congresso Nacional. Então, neste momento, eu passo a palavra ao Deputado Amauri Teixeira. Em seguida, falará o representante do Fórum das Confederações, Artur Bueno.

Senador Mozarildo Cavalcanti, desculpe o tempo, mas é uma sessão em que eu não consegui, e V. Exª é parceiro nisso.

O SR. AMAURITEIXEIRA (PT – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Cumprimento o Ex^{mo} Sr. Senador Paulo Paim, requerente desta sessão; cumprimento o Procurador-Geral do Trabalho Luís Antônio Camargo; cumprimento o Presidente da Anamatra, Paulo Luiz Schmidt; cumprimento o meu amigo Bira e, na pessoa dele, todos os representantes das centrais sindicais.

E, Presidente, diante da sua fala, o melhor seria silenciar. A sua fala culminou esta sessão, e não caberia mais nada a falar. Inclusive, falei que eu iria ou não me pronunciar, a depender do contexto. E a sua fala deveria ser de desfecho desta sessão, pelas questões

que o senhor levantou e pela forma brilhante com que o senhor abordou o contexto em que estamos vivendo em relação à CLT.

Eu, o Gilberto e as meninas da Bahia estamos vindo de uma sessão em homenagem ao Dia da África. E é nesse contexto que queremos falar na CLT.

O Brasil, até a década de 40 e 50, tinha uma figura muito emblemática. Era a figura do malandro. Principalmente no Rio de Janeiro, nós tivemos o malandro, o brasileiro típico, o carioca, que se recusava a trabalhar. Para muitos, o malandro é uma figura negativa apenas. Mas o malandro, muitas vezes, era um ex-escravo liberto, ou um descendente de ex-escravo liberto, que se recusava a prestar serviços através de uma remuneração indigna, sem nenhuma garantia. O malandro, na verdade, era um resistente ao sistema que imperava.

E o malandro desaparece quando, Sr. Presidente? O malandro começa a desaparecer do cenário brasileiro exatamente após Getúlio Vargas, exatamente após a CLT. Introduzida a CLT, coincidência ou não, há um declínio da malandragem, há uma inserção dos negros libertos no mercado de trabalho. Há uma aceitação maior do trabalho formal pelos negros, porque a CLT lhe assegurava dignidade, a CLT permitia um trabalho digno. Então, o bom malandro começou a ver que ele poderia trabalhar e ter dignidade trabalhando.

Nós também, nesse contexto, de dia 25, que foi o Dia da África... E aí eu quero reconhecer o papel dos procuradores do trabalho, dos fiscais do trabalho, da Justiça do Trabalho, da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal no combate ao trabalho escravo.

Somos um País em que ainda temos... Tivemos agora na Bahia, na semana passada ou retrasada, mais um grupo de trabalhadores em condições análogas a escravos sendo libertado por essas frentes, compostas por essas instituições. Somos um País onde temos trabalho escravo ainda. Um País, como o senhor disse, em que os terceirizados não conseguem ter férias. Essa questão de terceirizado no Brasil é algo emblemático. Os terceirizados que prestam serviços a órgãos públicos, inclusive aqui, no Congresso, não têm garantias. Nós tivemos um rompimento de contrato de empresa terceirizada, recentemente, pela Câmara. Quando eles estão completando 11 meses de trabalho, rompe-se o contrato de trabalho. Ele é contratado por outra empresa, três meses depois se rompe o contrato de trabalho; oito meses depois se rompe o contrato de trabalho. Há terceirizado com cinco anos de trabalho sem ter férias. Por quê? Porque ele não consegue ter o período aquisitivo completado em função dos sucessivos descumprimentos.

Então, nós temos sim trabalhadores escravos também no sistema de terceirização, que não conseguem... Não são só as férias, são as verbas rescisórias que não são pagas, os sucessivos contratos que são rompidos e deles não são recebidas as verbas rescisórias. É nesse contexto em que os trabalhadores escravos, na maioria são negros, são mulheres e são nordestinos. Portanto, trabalho escravo tem cor, tem endereço e tem sexo. É nesse contexto que nós não podemos admitir nenhuma alteração na CLT no sentido de retroceder direitos trabalhistas. Nós não podemos permitir. A CLT ainda é uma garantia. E o Brasil diferente da Argentina, diferente do México, manteve ainda o seu parque industrial, manteve o seu operariado, manteve o seu mercado interno muito pela resistência dos trabalhadores que não permitiram que a CLT fosse rasgada durante a gestão do Sr. Fernando Henrique Cardoso, quando todos se voltaram... A CLT era o grande entrave. Quanto ao trabalho de carteira assinada, quantos discursos nós ouvimos de que o trabalho de carteira assinada estava com os dias contados? Trabalho de carteira assinada e o custo Brasil eram um empecilho para o nosso desenvolvimento. E hoje o Brasil é exemplo para o mundo. O Brasil, que manteve a sua CLT intacta – graças à resistência das centrais, Bira, da CUT e das demais centrais – é hoje exemplo de país com um dos menores índices de desemprego.

Então eu quero saudá-lo, saudar todos os Senadores, saudar as centrais sindicais e quero aqui dizer a todos os trabalhadores que foi a resistência dos movimentos sindicais nesse País, foi a resistência dos movimentos populares que mantiveram esta CLT quase na íntegra. Nós conseguimos avançar pouco, mas avançamos. Só a regulamos agora, Sr. Presidente, nesta Legislatura – eu tive a honra de participar e a felicidade –, o aviso prévio proporcional previsto no art. 7º da Constituição desde 88. Um direito que está previsto desde 1988. Só conseguimos aprovar a PEC dos Trabalhadores Domésticos nesta Legislatura. Nós tínhamos uma semiescravidão oficializada no Brasil, que era o trabalho doméstico. Nós conseguimos aprovar e o senhor tem grande participação. O senhor, a Benedita da Silva e diversos outros Parlamentares desta Casa, há mais tempo, deram grande contribuição para que nós emancipássemos as empregadas domésticas definitivamente, como foram emancipados os trabalhadores rurais em 1988, quando tiveram os seus direitos trabalhistas, no plano constitucional, igualados aos dos trabalhadores urbanos.

Nós temos 70 anos de CLT, mas temos muito ainda que avançar, e não – como o senhor disse – retroceder. Não cabe, no Brasil, e não caberá por muito tempo, nenhuma alteração no sentido de retirar direitos.

Nós temos é que avançar e conquistar novos direitos, como o senhor disse: 40 horas semanais, 30 horas na jornada das enfermeiras, 30 horas na jornada daqueles que trabalham com fonoaudiologia, o piso dos agentes comunitários de saúde e, como o senhor disse muito bem, o fim do fator previdenciário. Portanto, há uma tarefa enorme de assegurar os direitos previstos na CLT, que faz 70 anos, e 70 anos de avanços no Brasil. Mas temos muito que avançar ainda.

Muito obrigado. Parabéns pela sessão. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Deputado Amauri Teixeira, do PT da Bahia, pela sua fala.

Agora, eu queria passar a palavra ao Artur Bueno. Como as confederações estão aqui em grande quantidade, ele representa aqui o fórum das confederações. São 17 confederações. E depois, para concluir, não há como eu não deixar falar um representante da Cobap e um representante dos outros sindicatos de aposentados e pensionistas, que está aqui presente também.

Artur Bueno, por favor.

Se puderem ficar os cinco minutos... Eu sei que o Presidente falou meia hora, mas é o ônus e o bônus.

O SR. ARTUR BUENO DE CAMARGO – Quero cumprimentar o Ex^{mo} Sr. Senador Paulo Paim – e em nome dele eu cumprimento toda a Mesa –, cumprimentar as autoridades, demais Parlamentares aqui presentes, os líderes sindicais, trabalhadores da ativa e aposentados.

Com certeza, não há necessidade de usar os cinco minutos, Senador, mesmo porque todos aqueles que me antecederam foram realmente muito insistentes na questão da defesa da Consolidação das Leis do Trabalho. Mas eu queria rapidamente dizer do meu grande prazer e da minha grande honra em poder fazer parte dessa trincheira. Já há alguns anos, nós temos batalhado para não permitir, realmente, a tão falada flexibilização da CLT. E essa palavra “flexibilização” é apenas para enfeitar um pouco. Na verdade, querem é tirar direitos contidos na CLT.

Aqui eu não posso deixar de falar desse nosso grande defensor da classe trabalhadora, da ativa e dos aposentados, Senador Paulo Paim, que sempre esteve e continua à frente dessa trincheira em defesa dos direitos da classe trabalhadora.

Eu quero lembrar aqui que aqueles que defendem a flexibilização da CLT têm argumentos que não convencem ninguém, mesmo porque eles dizem que a CLT engessa o desenvolvimento do País, que a CLT engessa até mesmo o movimento sindical na sua evolução.

Eu não sou nenhum advogado, não sou formado em Direito, mas eu desconheço qualquer artigo da CLT que diga que você não pode avançar além do

que consta na CLT. Entendemos que a CLT garante o básico, mas que nada impede que nas negociações coletivas... Tanto é verdade que a maioria das categorias organizadas, dos trabalhadores organizados, tem realmente direitos além da CLT. E aí há necessidade de cada vez mais podermos avançar nessa nossa Consolidação das Leis do Trabalho.

Há um ditado que diz que, quando você não avança, você está regredindo. E é verdade, porque tudo realmente evolui e, se nós não avançarmos na conquista, nós vamos acabar realmente retrocedendo.

E aqui eu não poderia deixar de lembrar que, felizmente, hoje nós temos tido alguns avanços importantes. Nós temos percebido que o próprio Tribunal Superior do Trabalho tem realmente tido uma posição importante para a classe trabalhadora, tem tido uma posição de que, quando as empresas demitem trabalhadores em massa, eles reintegram esses trabalhadores e fazem com que negociem com o sindicato. (*Palmas.*)

Este é um grande avanço que eu quero aqui, publicamente, reconhecer perante o Presidente do TST: nós trabalhadores reconhecemos esse grande avanço, que é de grande importância para a classe trabalhadora.

Quero com isso, Senador, parabenizar este trabalho que tem se desenvolvido aqui nesta Casa. Quero também parabenizar todas nossas lutas travadas até aqui. Tenho certeza de que essa luta vai continuar, porque nós temos de honrar aqueles que lutaram no passado para que nós tivéssemos esta Consolidação das Leis do Trabalho.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ARTUR BUENO DE CAMARGO – Se nós não fizermos com que ela permaneça e avance, realmente nós estaremos nos acovardando diante dessa situação.

Muito obrigado e um grande abraço a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Esse foi Artur Bueno, representando 17 Confederações.

Quero agradecer muito ao Diretor Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade, Sr. Moacyr Tesch, que está aqui desde o início, abriu mão de sua fala, pois se sentia contemplado na fala do Artur e na fala do Calixto, já que ele pertence à mesma Central.

Todos aqueles que abriram mão da fala, como Moacyr, aceitem nossos cumprimentos.

Agora, os últimos dois, representantes de aposentados, farão uso da palavra. Começo pelo Sr. Oswaldo Lourenço, Presidente do Sindicato Nacional dos Aposentados.

O SR. OSWALDO LOURENÇO – Meu prezado Senador Paim, que não é somente um Senador e um político do Senado, mas um brasileiro patriota que está à frente de todas as lutas do povo e dos interesses deste País.

Meus senhores da Mesa; meus senhores e minhas senhoras, nos anos 40 e 50 comecei a luta sindical no maior porto da América Latina, Santos. Naquele ocasião, com o Direito do Trabalho assegurado, os trabalhadores de todas as indústrias, fossem estatais ou particulares, falavam sempre que seu trabalho era sua segunda casa, porque eles trabalhavam e saíam para se aposentar com 35, 40 ou mais anos na mesma empresa, eles tinham aquela empresa como se fosse parte da vida deles.

Infelizmente, essa questão, com a mudança da garantia do emprego que tinha a lei do trabalho, a coisa mudou. A rotatividade do trabalho tirou do trabalhador aquela consciência que ele tinha de que ele precisava desenvolver, aquela empresa que era parte da vida dele.

Com essa retirada, grande parte daqueles trabalhadores aposentados dos anos 40 ou 50 passou a receber salário mínimo, mesmo tendo contribuído com mais de um salário mínimo.

Ora, se eles contribuíram com mais de um salário mínimo, não sou advogado, mas eu acho que isso é um direto e jamais poderia acontecer o que acontece, serem jogados no salário mínimo por não terem um reajustamento nas suas aposentadorias de acordo com aquilo para o qual eles contribuíram a vida toda.

Então, companheiros, a vida da CLT. Não há o que falar da CLT. A CLT foi criada por Getúlio e que progrediu até o outro grande presidente que a ditadura tirou, infelizmente. O que aconteceu? Cresceu e se fortaleceu o capitalismo, as grandes indústrias, todos os campos, as estatais e as indústrias cresceram neste País, com o trabalhador trabalhando com vontade, com dignidade.

Então, companheiros, é necessário restabelecer todos os direitos na íntegra que foram tirados dos trabalhadores; restabelecer todos os nossos direitos, dos aposentados – agora...

(Soa a campainha.)

O SR. OSWALDO LOURENÇO – ... na Constituinte, estivemos constantemente aqui em Brasília –; restabelecer o direito que nós temos na Previdência, na nossa Constituição.

Por exemplo, na Constituição, além dos direitos trabalhistas, dos direitos do cidadão brasileiro, estava também o direito da segurança social.

Ainda disse numa ocasião, numa reunião com o Governo: "Se houver um Presidente da República que

garanta as leis trabalhistas, que garanta o que está na seguridade social, conforme instituído na Constituinte, o povo jamais deixará que esse Presidente saia do Governo."

(Soa a campainha.)

O SR. OSWALDO LOURENÇO – Além da segurança social, aquilo de que mais tem necessidade o ser humano é previdência, saúde, assistência social e moradia. Essas coisas são uma necessidade do povo e têm que ser respeitadas.

Companheiros, sabemos que há várias leis para defender os interesses do jovem, da mulher, do idoso, mas nada disso é cumprido. Nada disso! Só sabe disso quem vive como nós que, por exemplo, pegamos trens superlotados...

(Soa a campainha.)

O SR. OSWALDO LOURENÇO – ... em que uma mulher grávida fica espremida – coitada! –, sem ter direito. No ônibus, a mesma coisa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Um minuto, Oswaldo.

O SR. OSWALDO LOURENÇO – Quem tem deficiência passa pela mesma situação.

Então, meus companheiros, senhores da Mesa, senhores de todas as áreas aqui representadas que defendem esse direito que é uma obrigação do ser humano, todos nós temos que continuar essa luta.

Viva o grande Senador da República, Paim! Viva todos esses da Mesa que estão comprometidos com a luta do povo brasileiro e, principalmente, com a soberania nacional!

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Oswaldo Lourenço, do Sindicato Nacional dos Aposentados.

O último convidado nosso a usar da palavra – já encerramos – é o Diretor Financeiro da Confederação dos Aposentados e Pensionistas do Brasil (Cobap), Sr. Nelson de Miranda Osório. *(Palmas.)*

Enquanto ele vem à tribuna, quero só registrar que já está conosco e me pediu que eu registrasse a presença Ernesto Luiz Pereira Filho, representando a CSB – Central dos Sindicatos Brasileiros; também, representando a UGT, Natal Leo, Presidente do Sindicato dos Aposentados da UGT; e, ainda, representando a Força Sindical, o Sr. Carlos Cavalcanti Lacerda.

Com a palavra o Sr. Nelson de Miranda Osório, representando aqui o Presidente Warley.

O SR. NELSON DE MIRANDA OSÓRIO – Senador Paim, a Confederação Brasileira de Aposenta-

dos e Pensionistas se faz presente, neste ato, e traz a preocupação dos aposentados brasileiros.

Senador Paim, na pessoa de V. Ex^a, quero saudar os nossos representantes da Justiça trabalhista, que dão uma demonstração ao Brasil inteiro e ao resto do Judiciário na defesa daquilo que é muito importante ao trabalhador brasileiro; na pessoa do meu companheiro Calixto, saúdo os outros sindicalistas presentes, companheiros das federações, confederações.

Senador Mozarildo Cavalcanti, Deputado Amauri, Senador Paim, é dia de festa. Estamos festejando um aniversário, mas não posso deixar de lamentar que algumas lideranças sindicais não deem a importância devida a esta data. Temos três presidentes de centrais aqui conosco, mas não temos as outras centrais. Parece que não se dá importância a essa carta de alforria do trabalhador brasileiro que é a CLT.

Antes da CLT, o trabalhador trabalhava 10 horas, 12 horas, 15 horas, mas começamos, através de um processo desencadeado por uma revolução liberal, a revolução liberal de 1930, através de um homem, um gaúcho chamado Lindolfo Collor – o Senador não falou, mas ele era gaúcho –, a ter consciência de que o trabalhador brasileiro precisava de uma normativa, a regulação nas relações entre o trabalho e o capital.

E parece-me até irônico que, em pleno governo democrático, hoje, tenhamos que estar vigilantes contra aquilo que é gerado nos porões de certos gabinetes de Parlamentares e de políticos do Executivo, conspirando contra a CLT, sob o falso argumento da modernização das relações do trabalho e do capital. Não precisamos de modernização na nossa CLT; ela está jovem ainda. Muitos dos direitos, ali consagrados, ainda não foram nem regulamentados, e o Deputado Amauri citou agora a questão recente do aviso prévio.

Então, Senador, esta é a preocupação dos aposentados – já temos o nosso fardo –: nós não conseguimos, durante o nosso período laborativo, um salário acima de US\$100 e, hoje, estamos pagando, como aposentados, a culpa de que, se aumentar a pensão e as aposentadorias, o Brasil vai quebrar. É o mesmo argumento que usavam antes: se o salário fosse a US\$100, quebraria o Brasil, quebrariam as prefeituras, quebraria a Previdência; e, hoje, usam este argumento safado, mentiroso, de que a Previdência vai quebrar se for dado o mesmo aumento do salário mínimo às aposentadorias e pensões.

Senador, carregamos o fardo nas costas de ter ajudado o Brasil a crescer e não recebemos um salário mínimo de US\$100. Hoje, como aposentados, nós nos tornamos, no dizer dessas pessoas, um fardo para a Nação. É lamentável!

Muito obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Nelson de Miranda Osório, que aqui falou em nome da Cobap.

Queria, antes de encerrar, primeiro, cumprimentar o Plenário. Já são quase duas da tarde, e a ampla maioria ficou aqui resistindo a todas as nossas falas. Mas deixem-me fazer uma homenagem especial à Mesa, não é, Senador Mozarildo? Nós que estamos há tanto tempo aqui, Senador Amauri, sabemos que normalmente os convidados vêm, falam e vão embora. Não houve um que tenha saído da Mesa; inclusive o Sr. Carlos Alberto Reis de Paula, Ex^{mo} Presidente do TST. Queria dar uma salva de palmas não a mim, mas a esta Mesa. Eles falaram e ficaram aqui para ouvir todos aqueles que queriam usar da palavra. (*Palmas.*)

Então, é com muito carinho e respeito que faço aqui as minhas homenagens a quem está conosco até este momento: ao Presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Ex^{mo} Sr. Carlos Alberto Reis de Paula – muito obrigado, Presidente; é uma alegria estar com V. Ex^a aqui (*Palmas.*); ao Procurador-Geral do Trabalho, Ex^{mo} Sr. Luís Antônio Camargo de Melo, que está conosco até este momento, nossas palmas (*Palmas.*); ao Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho, Ex^{mo} Sr. Juiz Paulo Luiz Schmidt (*Palmas.*); e ao José Calixto Ramos, Presidente da Nova Central (*Palmas.*). E aqui vou pedir palmas coletivas ao Ubiraci Dantas de Oliveira, CGTB (*Palmas.*); ao Presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil, Sr. Moyses Leme da Silva (*Palmas.*); ao Artur Bueno, que representa as confederações.

Permitam-me prestar, rapidamente, meus cumprimentos ao Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, Ex^{mo} Sr. Maurício Godinho Delgado; à Ministra do Tribunal Superior do Trabalho, Ex^{ma} Sr^a Kátia Magalhães Arruda; ao Secretário Especial do Idoso do Governo do Distrito Federal, Ex^{mo} Sr. Ricardo Quirino, que esteve todo o tempo conosco também; à Vice-Presidente do Tribunal Regional do Trabalho, Ex^{ma} Sr^a Desembargadora Rosane Serafini Casa Nova; ao Vice-Presidente da União Geral dos Trabalhadores, Sr. Antonio Maria Thaumaturgo Cortizo; ao Secretário-Geral da Federação Nacional dos Técnicos de Segurança do Trabalho, Sr. José Augusto da Silva Filho; ao Diretor-Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade, que estava inscrito, mas abriu mão da fala democraticamente – minhas palmas ao Moacyr (*Palmas.*) e, na sua figura, a todos aqueles que abriram mão de falar devido ao tempo –; ao Diretor-Financeiro da Cobap, que aqui falou e já recebeu as palmas, Nelson de Miranda Osório; ao Assessor do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar

(DIAP), Marcos Verlaine; a todos aqui presentes; ao Deputado Amauri Teixeira, do PT da Bahia, que está aqui até este momento – na sua figura e na figura do Senador Mozarildo Cavalcanti, palmas a todos os Deputados e Senadores (*Palmas.*); ao Oswaldo Lourenço, do Sindicato Nacional dos Aposentados. Também não posso deixar de registrar que esteve aqui o Carlos Cavalcanti de Lacerda, da Força Sindical; o Ernesto Luiz Pereira Filho, da Central dos Sindicatos Brasileiros; e o Natal Leo, da UGT (*Palmas.*).

Estava aqui representada a ampla maioria das Centrais, e nós nos sentimos contemplados por esta

pequena homenagem que fizemos a essa senhora. Esses dias, na 10ª Região do Tribunal Superior do Trabalho, eu fiz uma palestra, e o momento em que fui mais aplaudido foi quando eu disse que sou casado com essa senhora, que não há divórcio e que eu amo a nossa CLT.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT-RS) – Está encerrado o nosso trabalho no dia de hoje. (*Palmas.*)

Muito obrigado a todos.

(*Levanta-se a sessão às 13 horas e 42 minutos.*)

COMISSÕES MISTAS

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

(Resolução nº 1/2006-CN)

Número de membros: 11 Senadores e 33 Deputados ⁷

COMPOSIÇÃO ⁸

Presidente: Senador Lobão Filho (PMDB/MA)⁹
1º Vice-Presidente: Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)⁹
2º Vice-Presidente: Senador Francisco Dornelles (PP/RJ)⁸
3º Vice-Presidente: Deputado Guilherme Campos (PSD/SP)⁸

Relator do PLDO / 2014: Deputado Danilo Forte (PMDB/CE)

Relator do PLOA / 2014: Deputado Miguel Corrêa (PT/MG)

Relator da Receita:

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Walter Pinheiro (PT/BA)	1. Eduardo Suplicy (PT/SP)
Anibal Diniz (PT/AC)	2. Inácio Arruda (PCdoB/CE)
Acir Gurgacz (PDT/RO)	3. ⁶
Lídice da Mata (PSB/BA)	4. Lindbergh Farias (PT/RJ)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSD)	
Lobão Filho (PMDB/MA)	1. Ricardo Ferraço (PMDB/ES) ⁵
Francisco Dornelles (PP/RJ) ⁷	2. ^{6 9 7}
Ivo Cassol (PP/RO)	3. Casildo Maldaner (PMDB/SC) ⁵
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Lúcia Vânia (PSDB/GO)	1. Cícero Lucena (PSDB/PB) ⁴
Wilder Morais (DEM/GO)	2. Jayme Campos (DEM/MT)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC)	
João Vicente Claudino (PTB/PI)	1.
Eduardo Amorim (PSC/SE)	2.
PSOL ¹	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP)	

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Uma vaga acrescida ao Senado Federal e três vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

3- Designação na Sessão do Senado Federal de 21-3-2013.

4- Designado o Senador Cícero Lucena, como membro suplente, em 3-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 106/2013, da Liderança do PSDB.

5- Designados os Senadores Ricardo Ferraço, Francisco Dornelles e Casildo Maldaner, como membros suplentes, em 9-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 140, de 2013, da Liderança do PMDB.

6- Vago, em 9-4-2013 (Sessão do Senado Federal), nos termos do Ofício nº 63, de 2013, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo.

7- Designado o Senador Francisco Dornelles, como membro titular, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, em 16-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 151, de 2013, da Liderança do PMDB.

8- Mesa eleita em 16-4-2013, conforme Ofício nº 038, de 2013.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Bohn Gass (PT/RS)	1. Afonso Florence (PT/BA)
Ricardo Berzoini (PT/SP)	2. Dalva Figueiredo (PT/AP) ²
Zezéu Ribeiro (PT/BA)	3. Iriny Lopes (PT/ES)
Miguel Corrêa (PT/MG)	4. Jorge Bittar (PT/RJ)
Welliton Prado (PT/MG)	5. José Airton (PT/CE)
PMDB	
Danilo Forte (PMDB/CE)	1. André Zacharow (PMDB/PR)
Leonardo Quintão (PMDB/MG)	2. Genecias Noronha (PMDB/CE) ³
Marcel Filho (PMDB/MS)	3. Pedro Novais (PMDB/MA)
Nilda Comodim (PMDB/PB)	4. José Pirante (PMDB/PA) ⁴
Rose de Freitas (PMDB/ES)	5. Osvaldo Reis (PMDB/TO) ⁴
PSDB	
Bruno Araújo (PSDB/PE)	1. Raimundo Gomes de Matos (PSDB/CE) ²
Domingos Sávio (PSDB/MG)	2. Carlos Brandão (PSDB/MA) ³
Ruy Carneiro (PSDB/PB)	3.
PP	
Carlos Magno (PP/RO)	1. Missionário José Olímpio (PP/SP)
Nelson Meurer (PP/PR)	2. Roberto Britto (PP/BA)
Roberto Teixeira (PP/PE)	3. Dilceu Sperafico (PP/PR) ⁵
DEM	
Claudio Cajado (DEM/BA)	1
Efraim Filho (DEM/PB)	2
Mandetta (DEM/MS)	3.
PSD	
Armando Vergílio (PSD/GO)	1. Ademir Camilo (PSD/MG)
Guilherme Campos (PSD/SP)	2. Homero Pereira (PSD/MT)
Júlio Cesar (PSD/PI)	3. Junii Abe (PSD/SP)
PR	
Aelton Freitas (PR/MG)	1. José Rocha (PR/BA)
Gorete Pereira (PR/CE)	2. Wellington Roberto (PR/PB)
PSB	
Gonzaga Patriota (PSB/PE) ⁶	1. Leopoldo Meyer (PSB/PR)
Severino Ninho (PSB/PE)	2. Valtenir Pereira (PSB/MT)
PDT	
Sebastião Bala Rocha (PDT/AP)	1. André Figueiredo (PDT/CE)
Weverton Rocha (PDT/MA)	2. João Dado (PDT/SP)
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	
Fábio Ramalho (PV/MG)	1. Humberto Souto (PPS/MG)
Sandro Alex (PPS/PR)	2. Sarney Filho (PV/MA)
PTB	
Nilton Capixaba (PTB/RO)	1. Alex Canziani (PTB/PR)
PSC	
Andre Moura (PSC/SE)	1. Ricardo Arruda (PSC/PR)
PCdoB	
Evandro Milhomem (PCdoB/AP)	1. Chico Lopes (PCdoB/CE)
PTdoB⁷	
Lourival Mendes (PTdoB/MA)	

Notas:¹- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.²- Designado o Deputado Raimundo Gomes de Matos, como membro suplente, em 27-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 345/2013, da Liderança do PSDB.³- Designado o Deputado Carlos Brandão, como membro suplente, em 24-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 353/2013, da Liderança do PSDB.⁴- Designados os Deputados José Pirante e Osvaldo Reis, como membros suplentes, em 24-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 327/2013, da Liderança do PMDB.⁵- Designado o Deputado Dilceu Sperafico, como membro suplente, em 11-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 174/2013, da Liderança do PP.⁶- Designado o Deputado Gonzaga Patriota, como membro titular, em substituição ao Deputado Dr. Ubiali, em 18-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 654/2013, da Liderança do PSB.⁷- Designado o Deputado Genecias Noronha, como membro suplente, em substituição ao Deputado Giroto, em 21-5-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 975/2013, da Liderança do PMDB.

Secretaria: Maria do Socorro de L. Dentas
Telefone: (61) 3216-6892 / 3216-6893
Fax: (61) 3216-6905

E-mail: cmo@camara.gov.br

Local: Câmara dos Deputados, Anexo Luis Eduardo Magalhães (Anexo II), Alia "C" – Sala 08 – Térreo
Endereço na Internet: www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cmo

COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS – CMMC

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

Número de membros: 13 Senadores e 13 Deputados ²¹

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senadora Vanessa Grazziotin ^{15, 20 e 27}Vice-Presidente: Deputado Fernando Ferro ^{15, 20 e 27}Relator: Deputado Sarney Filho ^{15, 20 e 27}Instalação: 27-2-2013 ^{15, 20 e 27}

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Jorge Viana (PT/AC) ⁷	1. Wellington Dias (PT/PI) ⁷
Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) ^{7, 13 e 17}	2. Lindbergh Farias (PT/RJ) ⁷
Blairo Maggi (PR/MT) ^{7, 23 e 25}	3. Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁷
Cristovam Buarque (PDT/DF) ⁷ ²²	4. ^{7 e 17} 5. ²²
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSD)	
Sérgio Souza (PMDB/PR) ^{3, 14 e 28}	1. Vital do Rêgo (PMDB/PB) ^{3 e 28}
Eduardo Braga (PMDB/AM) ^{3 e 28}	2. Romero Jucá (PMDB/RR) ^{3 e 28}
Ciro Nogueira (PP/PI) ^{3, 11, 12 e 29}	3. ^{3 e 29}
Sérgio Petecão (PSD/AC) ^{3, 18 e 29}	4. ^{9, 19 e 29}
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP) ²	1. ^{2 e 24}
Wilder Morais (DEM/GO) ^{6, 10 e 25}	2. Jayme Campos (DEM/MT) ^{4, 10 e 28}
Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC)	
João Vicente Claudino (PTB/PI) ^{4 e 28}	1. ^{8, 9 e 13}
	2. ¹
PSOL ¹	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP) ^{5 e 28}	1.

Notas:

- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.
- Designados os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cyro Miranda em 18-2-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 35/2011, da Liderança do PSDB.
- Designados os Senadores Ricardo Ferraz, Eduardo Braga, Pedro Simon, Sérgio Petecão, Vital do Rêgo, Romero Jucá, Renan Calheiros e Wilson Santiago em 18-2-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 47/2011, da Liderança do PMDB.
- Designado o Senador João Vicente Claudino em 2-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 65/2011, da Liderança do PTB.
- Designado o Senador Randolfe Rodrigues em 2-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 65/2011, da Liderança do PSOL.
- Designados os Senadores Kátia Abreu e Jayme Campos em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 28/2011, da Liderança do DEM.
- Designados Senadores Jorge Viana, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque, Wellington Dias, Lindbergh Farias, Antonio Carlos Valadares e Vanessa Grazziotin em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 34/2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
- Em 28-3-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 70/2011, da Liderança do PTB, cedendo provisoriamente, ao PR, a vaga de suplente.
- Designado o Senador Ciro Nogueira, para vaga cedida pelo PTB, em 29-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21/2011, da Liderança do PP.
- Designado o Senador Jayme Campos, como membro titular, em substituição à Senadora Kátia Abreu, e o Senador José Agripino, como membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 5-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 32/2011, da Liderança do DEM.
- Em 27-4-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 115/2011, da Liderança do PMDB, comunicando a retirada do nome do Senador Pedro Simon.
- Designado o Senador Ciro Nogueira em 28-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130/2011, da Liderança do PMDB.
- Vago em razão da reassunção do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 7-7-2011.
- Designado o Senador Sérgio Souza em 25-9-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 236/2011, da Liderança do PMDB.
- Comissão instalada em 30-8-2011 (Sessão do Senado Federal), eleitos Presidente e Vice-Presidente, conforme Ofício nº 1/2011-CMMC.
- Ofício nº 6/2011-CMMC, publicado no DSF de 22-9-2011.
- Designada a Senadora Vanessa Grazziotin em 20-10-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130/2011 – GLDBAG, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
- Em 1-11-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lida comunicação do Senador Sérgio Petecão, informando a sua filiação ao Partido Social Democrático – PSD.
- Em 8-11-2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago (PMDB/PB) ter deixado o mandato.
- Comissão instalada em 10-4-2012, eleitos Presidente, Vice-Presidente e Relator, conforme Ofício nº 2/2012-CMMC.
- Duas vagas acrescidas ao Senado Federal e duas vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
- O Senador Blairo Maggi licenciou-se, nos termos do art. 48, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 130 dias, a partir de 9-8-2012, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725, de 2012, aprovados na Sessão do Senado Federal de 7-8-2012.
- Lido na Sessão do Senado Federal de 9-8-2012 o Ofício nº 135, da Liderança do PSDB, comunicando a reabrida do nome do Senador Cyro Miranda como membro suplente.
- Designado o Senador Wilder Morais, como membro titular, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 7-11-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 76/2012, da Liderança do DEM no Senado Federal.
- Senador Blairo Maggi reassume o cargo de senador, em 17-12-2012, após licença (Of. GSBMAG nº 060/2012).
- Comissão instalada em 27-2-2013, eleitos Presidente Senadora Vanessa Grazziotin, Vice-Presidente Deputado Fernando Ferro e Relator Deputado Sarney Filho, conforme Ofício nº 3/2013-CMMC, lido na Sessão do Senado Federal de 4-3-2013.
- Designado o Senador Jayme Campos, como membro suplente, em substituição ao Senador José Agripino, em 7-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 12, de 2013, da Liderança do Democratas – DEM.
- Redificadas as indicações constantes nos ofícios nºs 54, 55 e 78, todos de 2013, das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força, Partido Socialismo e Liberdade – PSOL e do Bloco Parlamentar da Maioria, respectivamente, em 22-3-2013 (Sessão do Senado Federal).

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
	PT
Fernando Ferro (PT/PE) ²	1. 2 ¹⁸
Márcio Macêdo (PT/SE) ²	2. Leonardo Monteiro (PT/MG) ²
	PMDB
Valdir Colatto (PMDB/SC) ^{2, 5 e 6}	1. Celso Maldaner (PMDB/SC) ²
André Zacharow (PMDB/PR) ^{2, 8 e 10}	2. Adrian (PMDB/RJ) ¹⁰
	PSD
Hugo Napoleão (PSD/PI) ^{14 e 15} 14	1. 14 2. 14
	PSDB
Ricardo Tripoli (PSDB/SP) ^{2, 11 e 13}	1. Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP) ^{2 e 13}
	PP
José Otávio Germano (PP/RS) ²	1. Rebecca Garcia (PP/AM) ²
	DEM
Rodrigo Maia (DEM/RJ) ²	1. 2 ⁸
	PR
Bernardo Santana de Vasconcellos (PR/MG) ^{2 e 18}	1. 2. 12 e 18
	PSB
Glauber Braga (PSB/RJ) ^{2 e 17}	1. Janete Capiberibe (PSB/AP) ^{2, 7, 13 e 17}
	PDT
Giovani Cherini (PDT/RS) ²	1. Miro Teixeira (PDT/RJ) ²
	Bloco Parlamentar (PV / PPS)
Samney Filho (PV/MA) ^{2 e 18}	1. Alfredo Sirkis (PV/RJ) ^{2 e 18}
	PTB ¹
Jandira Feghali (PCdoB/RJ) ^{2 e 3}	1. Arnaldo Jardim (PPS/SP) ⁴

Notas:

- 1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.
- 2- Designados os Deputados Fernando Ferro, Márcio Macêdo, Mendes Ribeiro Filho, Moacir Michelatto, Antonio Carlos Mendes Thame, José Otávio Germano, Rodrigo Maia, Anthony Garotinho, Luiz Noé, Giovani Cherini, Alfredo Sirkis, Jandira Feghali, Francisco Praciano, Leonardo Monteiro, Celso Maldaner, Ricardo Tripoli, Rebecca Garcia, Walter Ioshi, Paulo César, Domingos Neto, Miro Teixeira e Samney Filho, em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 300/2011, do Presidente da Câmara dos Deputados.
- 3- Em 22-3-2011, vaga de membro titular destinada ao PTB, cedida ao PCdoB.
- 4- Cedida vaga, ao PPS, e Designado o Deputado Arnaldo Jardim, em 5-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 123/2011, da Liderança do PTB.
- 5- Vago em razão do afastamento do Deputado Mendes Ribeiro Filho em 23-8-2011, nos termos do art. 230 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.
- 6- Designado o Deputado Valdir Colatto, em substituição ao Deputado Mendes Ribeiro Filho, em 21-8-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1043/2011, da Liderança do PMDB.
- 7- Vago em razão do desligamento do Deputado Domingos Neto, em 22-9-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício OF.BJ/130/11, da Liderança do Bloco PSB, PTB e PCdoB.
- 8- Em 3-1-2012, vago em razão do afastamento do Deputado Walter Ioshi (PSD/SP), nos termos do artigo 230, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.
- 9- Em 30-1-2012, vago em razão do falecimento do Deputado Moacir Michelatto (PMDB/PR), nos termos do art. 238, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.
- 10- Em 16-3-2012 (Sessão do Senado Federal), foram designados os Deputados André Zacharow, como membro titular, e Adrian, como membro suplente, conforme Ofícios nº's 184/2012 e 183/2012, ambos da Liderança do PMDB.
- 11- Em 9-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Antonio Imbassahy, em substituição ao Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, conforme Ofício nº 401/2012, da Liderança do PSB.
- 12- Em 12-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Bernardo Santana De Vasconcellos, em substituição ao Deputado Dr. Paulo César, conforme Ofício nº 224/2012, da Liderança do Bloco PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL/PTB.
- 13- Em 22-6-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado, como membro titular, o Deputado Ricardo Tripoli, em substituição ao Deputado Antonio Imbassahy; e como membro suplente, o Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, em substituição ao Deputado Ricardo Tripoli, conforme os Ofícios nos 536 e 538, de 2013, da Liderança do PSDB.
- 14- Em 12-7-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Glauber Braga, como membro suplente, conforme Ofício nº 117/2012, da Liderança do PSB.
- 15- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
- 16- Em 7-8-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Hugo Napoleão, como membro titular, conforme Ofício nº 812, de 2012, da Liderança do PSD.
- 17- Designado como membro titular o Deputado Samney Filho, em substituição ao Deputado Alfredo Sirkis e, como membro suplente, o Deputado Alfredo Sirkis, em substituição ao Deputado Samney Filho, em 4-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofícios nº's 30 e 31, de 2013, da Liderança do Partido Socialista Brasileiro - PSB.
- 18- Designado o Deputado Bernardo Santana de Vasconcellos, como membro titular, em substituição ao Deputado Anthony Garotinho, em 20-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 126, de 2013, da Liderança do PR.
- 19- Vago em virtude do desligamento do Deputado Francisco Praciano (PTAM), em 4-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 294, de 2013, da Liderança do PT.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Telefone: (61) 3303-3122

E-mail: mudancasadministrativas@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Bloco A, Ala Alexandre Costa – Sala 16 – Subsolo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/comissao.asp?origem=CN&com=1450

**COMISSÃO MISTA REPRESENTATIVA DO CONGRESSO NACIONAL NO FÓRUM INTERPARLAMENTAR
DAS AMÉRICAS – FIPA**
(Criada pela Resolução nº 2/2007-CN)

Número de membros: 11 Senadores e 11 Deputados¹

COMPOSIÇÃO

Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB)	
	1.
	2.
	3.
	4.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD)	
Roberto Requião (PMDB/PR) ⁵	1.
	2.
	3.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)	
Wilder Morais (DEM/GO) ³	1. Jayme Campos (DEM/MT) ³
	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC)	
	1.
	2.
PSOL ²	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP) ⁴	1.

Notas:

1- Uma vaga acrescida ao Senado Federal e uma vaga acrescida à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

2- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

3- Designado, como membro titular, o Senador Wilder Morais e, como membro suplente, o Senador Jayme Campos, em 21-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 18, de 2013, da Liderança do DEM.

4- Designado, como membro titular, o Senador Randolfe Rodrigues, em 21-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 41, de 2013, da Liderança do PSOL.

5- Designado o Senador Roberto Requião, como membro titular, em 25-3-2013 (Sessão do Senado Federal), de conformidade com o Ofício nº 129 de 2013, da Liderança do PMDB.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA – CCAI

(Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado Nelson Pellegrino ⁴

Vice-Presidente: Senador Ricardo Ferraço ⁴

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> José Guimarães (PT/CE)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA</u> Eunício Oliveira (PMDB/CE) ¹
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Nilson Leitão (PSDB/MT)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Mário Couto (PSDB/PA) ²
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Nelson Pellegrino (PT/BA)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Ricardo Ferraço (PMDB/ES) ³

(Atualizada em 10/04/2013)

Notas:

1- Em 01.02.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado Líder do Bloco Parlamentar da Maioria para o biênio 2013-2014, conforme Of. GLPMDB nº 009/2013.

2- Em 01.02.2013, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador Mário Couto como Líder do Bloco Parlamentar da Minoria.

3- Em 27.02.2013, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal elegeu o Senador Ricardo Ferraço como Presidente do colegiado (OF. nº 001/2013 – CRE).

4- O Deputado Nelson Pellegrino assumiu a presidência em 10.04.2013, conforme alternância estabelecida na 1º Reunião da Comissão, realizada em 18.08.2001. Na mesma reunião, o Senador Ricardo Ferraço assumiu a vice-presidência.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Senado Federal – Anexo II - Térreo

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/ccai

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO
(Requerimento nº 4, de 2011-CN)

Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, composta por 13 (treze) Senadores¹⁸ e 13 (treze) Deputados¹⁹ e igual número de suplentes, para, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar a situação de violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência.

Leitura: 13-7-2011

Designação: 14-12-2011

Instalação: 8-2-2012

Prazo Final: 19-8-2012

Prazo Final Prorrogado: 28-3-2013²⁰

Prazo Final Prorrogado: 9-8-2013²¹

Presidente: Deputada Jô Moraes
Vice-Presidente: Deputada Keiko Ota
Relatora: Senadora Ana Rita

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Ana Rita (PT/ES) ¹⁸	1. Humberto Costa (PT/PE)
Marta Suplicy (PT/SP) ²⁰ 11	2. Lídice da Mata (PSB/BA) ^{10 e 11} 3. Pedro Taques (PDT/MT)
Angela Portela (PT/RR) 19	4. ⁸ 5. ¹⁹
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSC / PMN / PV)	
Ana Amélia (PP/RS) ^{3, 4, 9 e 13}	1. Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) ^{14 e 15} 2. Sérgio Souza (PMDB/PR) ^{2, 5, 12 e 16} 3. 4. 5. ¹⁹
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Lúcia Vânia (PSDB/GO)	1.
Maria do Carmo Alves (DEM/SE)	2. José Agripino (DEM/RN)
PTB	
Armando Monteiro (PTB/PE)	1. Gim (PTB/DF) ⁷
PSOL¹	
5	1.

Notas:

- 1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.
- 2- Designada a Senadora Ivonete Dantas, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 3/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.
- 3- Cedida uma vaga de membro titular ao Bloco de Apoio ao Governo, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 2/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.
- 4- Designada a Senadora Vanessa Grazziotin, em 21-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 149/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo.
- 5- Em 28-12-2011, vaga em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
- 6- Em 2-3-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 034/2012-GSMC, do Senador Marcelo Crivella, comunicando seu afastamento do mandato, para exercer o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal.
- 7- Designado o Senador Gim, em 13-3-2012 (Sessão do Senado Federal), em substituição ao Senador João Vicente Claudino, conforme Ofício nº 060/2012/CLPTB, da Liderança da PTB, no Senado Federal.
- 8- Vago em razão da reassunção do 1º suplente, Senador Garibaldi Alves, em 4-4-2012.
- 9- Em 24-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 055/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, comunicando a retirada do nome da Senadora Vanessa Grazziotin.
- 10- Em 24-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 056/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, comunicando a retirada do nome do Senador Wellington Dias.
- 11- Em 24-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 059/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, comunicando que a Senadora Lídice da Mata deixa da condição de titular e a passa a ser suplente.
- 12- Designado o Senador Sérgio Souza, em 23-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 96/2012, da Liderança do PMDB.
- 13- Designada a Senadora Ana Amélia, em 24-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 138/2012, da Liderança do PMDB.
- 14- Cedida uma vaga de membro suplente ao Bloco de Apoio ao Governo, em 18-8-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 155/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.
- 15- Designada a Senadora Vanessa Grazziotin, como membro suplente, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em 28-6-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 83/2012, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
- 16- Designado o Senador Sérgio Souza, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em 9-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 170/2012, da Liderança do Bloco, no Senado Federal.
- 17- Prazo prorrogado, conforme Requerimento do Congresso Nacional nº 2, de 2012. Lido em 16-7-2012 (Sessão do Senado Federal).
- 18- Duas vagas acrescidas no Senado Federal e duas vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
- 19- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
- 20- Em 15-9-2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura.
- 21- Prazo prorrogado, conforme Requerimento do Congresso Nacional nº 4, de 2013. Lido em 20-3-2013 (Sessão do Senado Federal).

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Dr. Rosinha (PT/PR)	1. Dalva Figueiredo (PT/AP)
Marina Santanna (PT/GO)	2. Luci Choinacki (PT/SC)
PMDB	
Nilda Gondim ^{14 e 16}	1. Elcione Barbalho (PMDB/PA) ^{9 e 12}
Jô Moraes (PCdoB/MG) ¹	2. Fátima Pelaes (PMDB/AP)
PSD	
Ademir Camilo (PSD/MG) ^{10 e 11}	1.
	2.
PSDB	
Eduardo Azeredo (PSDB/MG)	1. Bruna Furlan (PSDB/SP) ⁸
PP	
Rebecca Garcia (PP/AM)	1. Aline Corrêa (PP/SP)
DEM	
Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO)	1. Rosinha Da Adefal (PTdoB/AL) ⁵
PR	
Gorete Pereira (PR/CE)	1. 2, 4 e 13
PSB	
Keiko Ota (PSB/SP) ⁷	1 Sandra Rosado (PSB/RN) ⁷
PDT	
Sueli Vidigal (PDT/ES)	1. Flávia Morais (PDT/GO)
Bloco PV, PPS	
Carmen Zanotto (PPS/SC)	1. Rosane Ferreira (PV/PR) ⁸
PTB¹	
Magda Mofatto (PTB/GO) ¹⁵	1. Marinha Raupp (PMDB/RO) ³

Notas:

- 1- Vaga cedida pelo PMDB.
- 2- Vaga cedida pelo PR.
- 3- Vaga cedida pelo PTB.
- 4- Designado o Deputado Neilton Mulim, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), em substituição à Deputada Lilian Sá, conforme Ofício nº 503/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL, da Câmara dos Deputados.
- 5- Designada a Deputada Rosinha Da Adefal (PTdoB/AL), em 9-2-2012 (Sessão do Senado Federal), em vaga pertencente ao Democratas na Câmara dos Deputados, conforme Ofício nº 3/2012, da Liderança do Democratas.
- 6- Designada a Deputada Rosane Ferreira, em 15-2-2012 (Sessão do Senado Federal), em substituição ao Deputado Arnaldo Jordy, conforme Ofício nº 18/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar PV/PPS, da Câmara dos Deputados.
- 7- Designadas, em 16-2-2012 (Sessão do Senado Federal), a Deputada Keiko Ota, como membro titular, em substituição à Deputada Sandra Rosado, e a Deputada Sandra Rosado, como membro suplente, em substituição à Deputada Keiko Ota, conforme Ofício nº 4/2012, da Liderança do PSB, da Câmara dos Deputados.
- 8- Designada a Deputada Bruna Furlan, como membro suplente, em 5-3-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 71/2012, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados.
- 9- Designada a Deputada Nilda Gondim, como membro suplente, em substituição à Deputada Elcione Barbalho, em 15-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 493/2012, da Liderança do PMDB na Câmara dos Deputados.
- 10- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
- 11- Designado Deputado Ademir Camilo, como membro titular, em 7-8-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 812, de 2012, do Líder do PSD.
- 12- Designada a Deputada Elcione Barbalho, como membro suplente, em substituição à Deputada Nilda Gondim, em 4-12-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1.229/2012, da Liderança do PMDB.
- 13- Vaga em virtude da renúncia do Deputado Neilton Mulim ao mandato de Deputado Federal, conforme Ofício nº 02/13/SGM/P, publicado no Diário do Senado Federal de 5-2-2013.
- 14- Vaga em virtude da renúncia da Deputada Teresa Surita ao mandato de Deputada Federal, conforme Ofício nº 02/13/SGM/P, publicado no Diário do Senado Federal de 5-2-2013.
- 15- Designada a Deputada Magda Mofatto, como membro titular, em substituição à ex-Deputada Célia Rocha, em 21-3-2013 (Sessão do Senado Federal), nos termos do Ofício nº 125, de 2013, da Liderança do PTB.
- 16- Designada a Deputada Nilda Gondim, como membro titular, em 26-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 284, de 2013, da Liderança do PMDB.

COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS

ATO DO PRESIDENTE DO CONGRESSO NACIONAL Nº 15, DE 2012

Constitui Comissão Mista Especial prevista no art. 3º da Emenda Constitucional nº 69, de 2012, destinada a elaborar, em sessenta dias, os projetos de lei necessários à adequação da legislação infraconstitucional quanto à transferência, da União para o Distrito Federal, das atribuições de organizar e manter a Defensoria Pública do Distrito Federal.

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PV)¹	
Vital do Rêgo (PMDB/PB) ⁵	1. Francisco Dornelles (PP/RJ) ⁵
Eunício Oliveira (PMDB/CE) ⁶	2. Garibaldi Alves (PMDB/RN) ⁶
Clésio Andrade (PMDB/MG) ⁵	3. ^{5 e 11}
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB)¹	
Rodrigo Rollemberg (PSB/DF) ²	1. Pedro Taques (PDT/MT) ⁷
Cristovam Buarque (PDT/DF) ²	2. Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁷
Paulo Paim (PT/RS) ^{2 e 7}	3. Eduardo Suplicy (PT/SP) ⁷
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)	
Cyro Miranda (PSDB/GO) ²	1. ^{8 e 10}
Wilder Moraes (DEM/GO) ^{2 e 6}	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC)	
Alfredo Nascimento (PR/AM) ³	1. Eduardo Amorim (PSC/SE) ³
Gim (PTB/DF) ³	2. João Vicente Claudino (PTB/PI) ³
PSD⁴	
Sérgio Petecão (PSD/AC) ²	1. ^{2, 8, 9 e 12}

Notas:

- 1- Conforme Ofícios nº 1.815 e 1.816, de 2012-SF, o Bloco Parlamentar da Maioria e o Bloco de Apoio ao Governo dispõem de mais uma vaga, que deve ser compartilhada, sendo uma de titular e uma de suplente.
- 2- Em 17-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Cyro Miranda, Cleóvis Fecury, Rodrigo Rollemberg, Cristovam Buarque, Pedro Taques e Sérgio Petecão para integrarem como titulares; e a Senadora Kátia Abreu para integrar, como suplente, nos termos dos Ofícios nºs 60, 34, 74 e 26, de 2012, das Lideranças dos respectivos partidos.
- 3- Em 19-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Alfredo Nascimento e Gim, como membros titulares, e os Senadores Eduardo Amorim e João Vicente Claudino, como membros suplentes, nos termos do Ofício nº 134/2012, do Bloco Parlamentar União e Força.
- 4- Vaga destinada ao rodízio, nos termos do art. 10-A do Regimento Comum do Congresso Nacional.
- 5- Em 20-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Vital do Rêgo, Eunício Oliveira e Clésio Andrade, como membros titulares, e os Senadores Francisco Dornelles, Garibaldi Alves e Tomás Correia, como membros suplentes, nos termos dos Ofícios nºs 908/2012, do Bloco Parlamentar da Maioria.
- 6- Em 25-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designado o Senador Wilder Moraes, como membro titular, em substituição ao Senador Cleóvis Fecury, e o Senador Cleóvis Fecury, como membro suplente, nos termos do Ofício nº 90/2012, da Liderança do DEM.
- 7- Em 26-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designado o Senador Paulo Paim, como membro titular, em substituição ao Senador Pedro Taques, e os Senadores Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Eduardo Suplicy, como membros suplentes, nos termos dos Ofícios nºs 120/2012, do Bloco de Apoio ao Governo.
- 8- Em 2-10-2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 121 dias, a partir do 2-10-2012, conforme RQS nº 969/2012, deferido na sessão de 1º-10-2012.
- 9- Em 16-10-2012 (Sessão do Senado Federal), designa o Senador Marco Antônio Costa, como membro suplente, em substituição à Senadora Kátia Abreu, nos termos dos Ofícios nºs 59/2012, da Liderança do PSD no Senado Federal.
- 10- Vaga em razão da reassunção do titular, Senador João Alberto Souza, em 5-11-2012.
- 11- Vaga em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15-11-2012.
- 12- Vaga em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu, em 31-1-2013.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
	1.
	2.
PMDB	
Leandro Vilela ¹	1. Geraldo Resende ¹
Luiz Pitiman ¹	2. Sandro Mabel ¹
PSDB	
	1.
PP	
Roberto Britto ¹	1. Toninho Pinheiro ¹
DEM	
Augusto Coutinho ¹	1. João Bittar ¹
PR	
	1.
PSB	
	1.
PDT	
	1.
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	
Augusto Carvalho ¹	1.
PTB	
	1.

Notas:

1- Em 14-11-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Deputados Leandro Vilela, Luiz Pitiman, Roberto Britto, Augusto Coutinho e Augusto Carvalho, para integrarem como titulares; e os Deputados Geraldo Resende, Sandro Mabel, Toninho Pinheiro e João Bittar para integrarem, como suplentes, nos termos do Ofício nº 2.066, de 2012, do Presidente da Câmara dos Deputados.

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito (SSCEPI)

Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho

Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514

E-mail: sscepi@senado.gov.br

**ATO CONJUNTO N° 1, DE 2013,
DOS PRESIDENTES DO SENADO FEDERAL E DA CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Cria Comissão Mista destinada a elaborar, em sessenta dias, proposta de reforma do Regimento Comum do Congresso Nacional.

Presidente: Deputado Cândido Vaccarezza ¹
Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro ¹
Relator: Senador Romero Jucá ¹

Instalação: 12-3-2013 ¹

Prazo Final: 11-5-2013

Prazo Final Prorrogado: 11-7-2013 ²

Senado Federal	Câmara dos Deputados
Romero Jucá (PMDB/RR)	Cândido Vaccarezza (PT/SP)
Lobão Filho (PMDB/MA)	Osmar Serraglio (PMDB/PR)
Flexa Ribeiro (PSDB/PA)	Bruno Araújo (PSDB/PE)
Walter Pinheiro (PT/BA)	Mendonça Filho (DEM/PE)
Jorge Viana (PT/AC)	Júlio Delgado (PSB/MG)
Ana Amélia (PP/RS)	Jô Morais (PCdoB/MG)

Notas:

1- Comissão instalada em 12-3-2013, eleitos Presidente, Vice-Presidente e Relator, conforme Ofício nº 1/2013-CMRRC.

2- Nos termos no Ato Conjunto nº 3, de 13 de maio de 2013.

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito (SSCEPI)

Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho

Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514

E-mail: sscepi@senado.gov.br

**ATO CONJUNTO N° 2, DE 2013,
DOS PRESIDENTES DO SENADO FEDERAL E DA CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Cria Comissão Mista destinada a consolidar a legislação federal e a regulamentar dispositivos da Constituição Federal.

Presidente: Deputado Cândido Vaccarezza¹
Relator: Senador Romero Jucá²

Instalação: 2-4-2013²

Câmara dos Deputados	Senado Federal
Cândido Vaccarezza (PT/SP)	Romero Jucá (PMDB/RR)
Edinho Araújo (PMDB/SP)	Vital do Rêgo (PMDB/PB)
Eduardo Barbosa (PSDB/MG) ³	Jorge Viana (PT/AC)
Sergio Zveiter (PSD/RJ)	Pedro Taques (PDT/MT)
Arnaldo Jardim (PPS/SP)	Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)
Miro Teixeira (PDT/RJ)	Antônio Carlos Rodrigues (PR/SP)

Notas:

1 - Alinea "a" do inciso I do art. 2º do Ato Conjunto nº 2, de 2013.

2 - Comissão instalada em 2-4-2013, designado o Senador Romero Jucá como Relator, conforme Ofício nº 001, de 2013, da Presidência desta Comissão.

3 - Designado o Deputado Eduardo Barbosa, em substituição ao Deputado Carlos Sampaio, nos termos do Ato Conjunto nº 4, de 21 de maio de 2013.

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito (SSCEPI)

Dirutor: Dirceu Vieira Machado Filho

Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514

E-mail: sscepi@senado.gov.br

CONSELHOS E ÓRGÃO

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70/1972)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1/1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	<u>PRESIDENTE</u> Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> André Vargas (PT-PR)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Jorge Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Fábio Faria (PSD-RN)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Romero Jucá (PMDB-RR)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Marcio Bittar (PSDB-AC)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Simão Sessim (PP-RJ)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Angela Portela (PT-RR)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Mauricio Quintella Lessa (PR-AL)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Ciro Nogueira (PP-PI)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Biffi (PT/MS)	<u>4º SECRETÁRIO</u> João Vicente Claudino (PTB-PI)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> José Guimarães (PT/CE)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA</u> Eunício Oliveira (PMDB-CE)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Nilson Leitão (PSDB-MT)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR MINORIA</u> Mário Couto (PSDB-PA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Décio Lima (PT/SC)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Vital do Rêgo (PMDB-PB)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Nelson Pellegrino (PT/BA)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Ricardo Ferraço (PMDB-ES)

(atualizada em 28.02.2013)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303-5258
scop@senado.gov.br

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL¹

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ata da Mesa nº 1, de 2004)Presidente: DOM ORANI JOÃO TEMPESTA²Vice-Presidente: FERNANDO CESAR MESQUITA²

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	WALTER VIEIRA CENEVIVA	DANIEL PIMENTEL SLAVIERO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	MÁRCIO NOVAES
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	ALEXANDRE KRUEL JOBIM	LOURIVAL SANTOS
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	ROBERTO FRANCO	LILIANA NAKONECHNYJ
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER	MARIA JOSÉ BRAGA
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	JOSE CATARINO NASCIMENTO	VAGO ³
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	JORGE COUTINHO	MÁRIO MARCELO
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	LUIZ ANTONIO GERACE DA ROCHA E SILVA	PEDRO PABLO LAZZARINI
Representante da sociedade civil (inciso IX)	MIGUEL ANGELO CANÇADO	WRANA PANIZZI
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	PEDRO ROGÉRIO COUTO MOREIRA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	RONALDO LEMOS	VAGO ⁴
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO FILHO	VICTOR JOSÉ CIBELLI CASTIEL (ZÉ VICTOR CASTIEL)
Representante da sociedade civil (inciso IX)	FERNANDO CESAR MESQUITA	LEONARDO PETRELLI

Atualizada em 13.03.2013

1º Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 05.06.2002

2º Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

3º Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 17.07.2012

SECRETARIA GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefones: 3303-4661 e 3303-5258

sscon@senado.gov.br

www.senado.gov.br/scos

Notas:

1- Conselheiros eleitos para a 3º Composição tomaram posse em 08.08.2012.

2- Eleitos na 1º Reunião do Conselho, realizada em 08.08.2012.

3- Vago em virtude do falecimento do Conselheiro Suplente Eurípedes Corrêa Conceição, ocorrido em 13.02.2013.

4- Vago em virtude da o Conselheiro João Luiz Silva Ferreira ter renunciado ao cargo de suplente, conforme expediente datado de 26.02.2013, publicado no Diário do Senado Federal em 13.03.2013.

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL
 Resolução nº 1/2011-CN

COMPOSIÇÃO¹

37 Titulares (27 Deputados e 10 Senadores) e 37 Suplentes (27 Deputados e 10 Senadores)

Presidente: Deputado Newton Lima
 Vice-Presidente: Senador Paulo Bauer²
 Vice-Presidente: Deputado Renato Molling³

Designação: 07.05.2013

Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Benedita da Silva	Bohin Gass
Dr. Rosinha	Iara Bernardi
Fernando Marroni	Márcio Macêdo
Newton Lima	Taumaturgo Lima
PMDB	
André Zacharow	Lelo Coimbra
Irís de Araújo	Osmar Serraglio
Marcel Filho	Ronaldo Benedet
Raul Henry	Valdir Colatto
PSDB	
Antônio Carlos Mendes Thaime	Urzeni Rocha ⁴
Eduardo Azeredo	
Walter Feldman	
PSD	
Geraldo Thadeu	Átila Lins
Hugo Napoleão	Dr. Luiz Fernando
Raul Lima	Eleuses Paiva
PP	
Dilceu Sperafico	Luis Carlos Heinze
Renato Molling	Renato Andrade
PR	
Wellington Fagundes	Henrique Oliveira
PSB	
José Stédile	Beto Albuquerque
Luiza Erundina	Leopoldo Meyer
DEM	
Júlio Campos	
PDT	
Vieira da Cunha	Sebastião Balá Rocha
PTB	
Paes Landim	Jorge Corte Real
Bloco PV / PPS	
Roberto Freire	Antônio Roberto
PSC	
Nelson Padovani	Takayama
PCdoB	
Jólio Ananias	Chico Lopes
PRB	
George Hilton	Vitor Paulo
PTdoB	
Luis Tibe	

1-Designados pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 25, de 07.05.2013.

2- Eleitos na reunião realizada em 21.05.2013.

3-Designado pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 29, de 23.05.2013

Senadores

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSD / PV)	
Pedro Simon	Casildo Maldaner
Roberto Requião	Valdir Raupp
Ana Amélia	Luiz Henrique
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Eduardo Suplicy	Antônio Carlos Valadares
Paulo Paim	Inácio Arruda
Acir Gurgacz	Humberto Costa
Bloco Parlamentar Minoria (P9DB / DEM)	
Paulo Bauer	Cássio Cunha Lima
Wilder Moraes	Jayme Campos
Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC / PPL)	
Alfredo Nascimento	Fernando Collor
Gim	Eduardo Amorim

(Atualizada em 21.05.2013)



**PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL PREÇO DAS ASSINATURAS

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	R\$ 546,40

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020054 **GESTÃO - 00001**

EMISSÃO DE GRU PELO SIAFI

UG - 020054 **GESTÃO - 00001** **COD. - 70815-1**

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho a favor do FUNSEN ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União - GRU, que poderá ser retirada no SITE: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br> código de recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020054/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

Para Órgãos Públicos integrantes do SIAFI, deverá ser seguida a rotina acima
EMISSÃO DE GRU SIAFI.

**OBS.: QUANDO HOUVER OPÇÃO DE ASSINATURA CONJUNTA DOS DIÁRIOS
SENADO E CÂMARA O DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL SERÁ
FORNECIDO GRATUITAMENTE.**

Maiores informações pelos telefones: **(0XX-61) 3303-3803/4361, fax:3303-1053**
Serviço de Administração Econômica Financeira / Controle de Assinaturas, falar com Mourão

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV .Nº2 S/N – CEP : 70.165-900 BRASÍLIA-DF**

CNPJ: 00.530.279/0005-49



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Legislação Eleitoral e Política



Nova Edição, agora acrescendo as Leis nºs 9.504/97, 4.737/65 e 9.096/95, a Lei Complementar nº 64/90, todas imprescindíveis à compreensão do processo eleitoral brasileiro.

Código de Trânsito Brasileiro



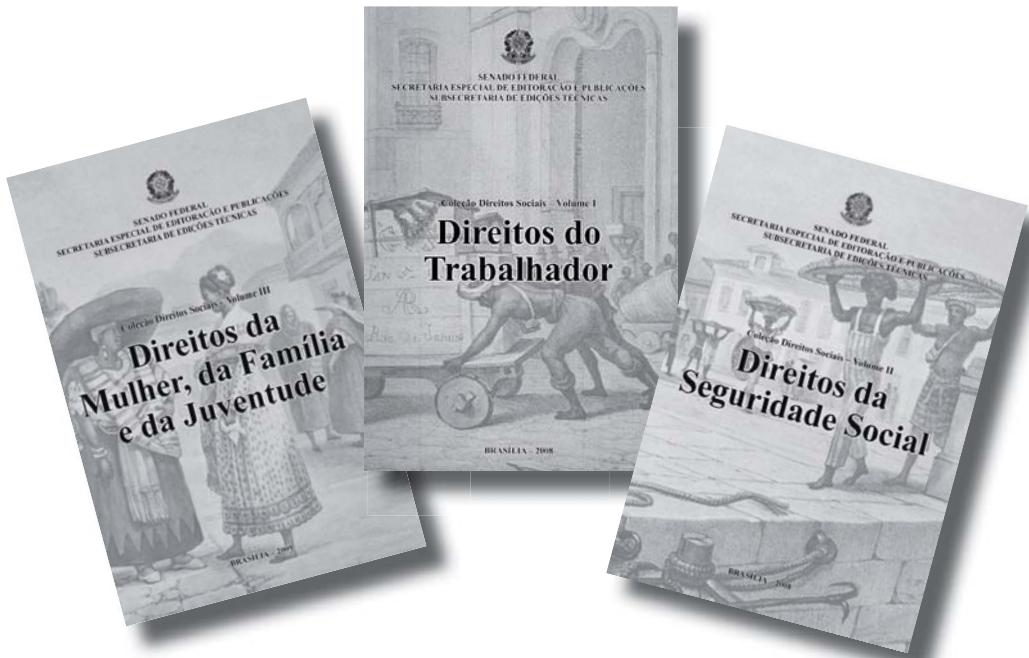
Este trabalho apresenta o Código de Trânsito Brasileiro, Lei nº 9.503/1997, acrescido da Lei nº 11.705/2008 e do Decreto nº 6.489/2008, normas disciplinadoras da comercialização de bebidas alcoólicas em rodovias federais.

Conheça nossa livraria virtual, acesse:
www.senado.gov.br/livraria



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Coleção Direitos Sociais



Coletânea de publicações, com atualização periódica,
sobre temas relacionados aos Direitos Sociais.

Conheça nossa livraria virtual, acesse:
www.senado.gov.br/livraria

Edição de hoje: 44 páginas
(OS: 12540/2013)

Secretaria Especial de
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO
FEDERAL

